



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ- BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LUCIANE BARBOSA CUSTÓDIO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRELAZIA DO MARAJÓ: um estudo sobre a Ordem
dos Agostinianos Recoletos e a criação de escola em Breves-PA

BREVES
2020

LUCIANE BARBOSA CUSTÓDIO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRELAZIA DO MARAJÓ: um estudo sobre a Ordem dos Agostinianos Recoletos e a criação de escola em Breves-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Miranda Costa.

BREVES
2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo (a) autor (a)

- C987e Custódio, Luciane Barbosa
Educação e religião na Prelazia do Marajó : um estudo sobre a
Ordem dos Agostinianos Recoletos e a criação de escola em
Breves- PA / Luciane Barbosa Custódio. — 2020.
57 f.
- Orientador(a): Prof^a. Dra. Eliane Miranda Costa
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de
Breves, Faculdade de Educação, Breves, 2020.
1. Educação . 2. Religião . 3. História . 4. Marajó
. I. Título.

CDD 207.5

LUCIANE BARBOSA CUSTÓDIO

EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRELAZIA DO MARAJÓ: um estudo sobre a Ordem dos Agostinianos Recoletos e a criação de escola em Breves-PA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário do Marajó-Breves, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do diploma de Licenciado Pleno em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Miranda Costa.

Data de aprovação: 30/11/2020

Conceito:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Eliane Miranda Costa – FECH (Orientadora)
UFPA

Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes – FECH (Membro Interno)
UFPA

Prof. Dra.. Vivianne Nunes da Silva Caetano – FECH (Membro Interno)
UFPA

Dedico este trabalho à Creuza Almeida Barbosa e Valmir Gonçalves Custodio, por todo apoio durante a graduação.

À Jaibson de Souza Neves, pelo apoio compreensão e companheirismo durante minha formação

À Eliane Miranda Costa, por sua valorosa contribuição em minha formação acadêmica, pela parceria, compreensão e orientação durante todo meu percurso acadêmico em especial à elaboração deste trabalho

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela conclusão desse ciclo acadêmico pois mediante a todos meus erros e arrogância ele nunca me abandonou. Está assim como todas as outras conquistas em minha vida tem a mão dele.

Agradeço em especial meus pais que sempre acreditaram em mim e no meu potencial. Mesmosendo analfabetos eles acreditam que a escola (educação) é o meio pelo qual podemos garantir uma vida digna. Pai Mãe vocês são a vida da minha vida amo muito vocês. Muito obrigado por tudo vocês são os maiores exemplos de determinação, coragem e força em minha vida.

Agradeço ainda aos meus irmãos por sempre estarem ao meu lado e não medirem esforços para me ajudar nesta caminhada.

Sou grata a Universidade Federal do Pará em especial ao Campus Universitário do Marajó- Breves por sua excelência em formar profissionais qualificados assim como proporcionar uma formação humana com professores qualificados e extremamente profissionais.

Externo minha gratidão a todos os professores desta instituição pois durante meu percurso acadêmico pude conta com cada um deles no meu processo de formação certamente os estímulo recebidos me fizeram continuar e finalizar este ciclo. Obrigada por tudo professores!

Grato ainda aos meus amigos e colegas de turma que foram pessoas que tiveram ao meu lado sempre que precisei. Em especial ao José Maria, Darlete Pacheco, Ediane Arruda, Nino Castilho, Dejailson Ribeiro, Elaise Martins, Jucilene Costa, Ivani Janaú e Maria Trindade a vocês sou eternamente grata pelo companheirismos, parceria e amizade. Muito obrigada por tudo!

E por fim agradeço a todos que fizeram parte deste trabalho. Aos meus interlocutores, a OAR, ao órgão municipal público (SEMED), a paróquia de Sant'Ana e claro a minha orientadora Eliane Miranda Costa muitíssimo obrigado pela contribuição sem vocês nada disso teria acontecido.

RESUMO

Este estudo apresenta como tema a relação entre educação e religião na Prelazia do Marajó. Tal temática é discutida a partir de uma escola de educação infantil e ensino fundamental criada pela Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR) em Breves-PA. A problemática ancora-se nas seguintes questões: Que relação há entre a religião católica e a educação desenvolvida pela escola da OAR em Breves-PA? Como a Ordem dos Agostinianos Recoletos contribui com a educação escolar em Breves-PA? Há influências dessa Ordem na concepção de escola, educação e currículo? O objetivo desta investigação é compreender a relação estabelecida entre a religião católica e a educação realizada no espaço escolar pertencente a OAR em Breves. De modo específico buscou-se conhecer as contribuições da OAR para a educação escolar em Breves e, identificar as possíveis influencia dessa Ordem na concepção de educação, escola e currículo. Trata-se de uma pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa que usou como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a pesquisa de campo. Para coletar os dados em campo recorremos ao uso da entrevista semiestruturada. A análise dos dados empíricos seguiu os pressupostos da técnica da análise de conteúdo, em especial a elaboração de categorias e inferências. Nesse processo da base bibliográfica surgiram as seguintes categorias: pluralidade cultural; ensino laico e liberdade religiosa. Dos dados empíricos, selecionamos como categorias: o papel da OAR em Breves; escola para formar e, também, socializar aspectos da religião católica; currículo. Nos resultados obtidos verifica-se que educação escolar e religião com foco no catolicismo se entrelaçam. Todavia, não há uma imposição religiosa, sobre a formação escolar das crianças, até porque, muitas crianças pertencem às famílias não católicas. A influência da OAR nas concepções de educação, escola e currículo não se dá diretamente, pode-se dizer que ocorre de forma indireta e por meio dos rituais de orientação católica adotado na recepção das crianças e em atividades como a “Coroação de Nossa Senhora”. Conclui-se que a formação oferecida na escola gerida pela OAR corrobora para que todas as confissões religiosas existentes sejam reconhecidas, podemos dizer que não há espaço para doutrinações, exclusividades, segregação ou intolerância religiosa, sendo capaz de atender a todos os grupos religiosos. Neste sentido, vislumbra-se a oportunidade para um diálogo que aproxima e possibilita a comunicação e o respeito entre as religiões.

Palavras-chave: Educação. Religião. História. Marajó.

ABSTRACT

This study presents the relationship between education and religion in the Prelature of Marajó as its theme. This theme is discussed based on a school for early childhood education and elementary education created by the Order of Augustinian Recollects (OAR) in Breves-PA. The problem is anchored in the following questions: What relationship is there between the Catholic religion and the education developed by the OAR school in Breves-PA? How does the Order of Augustinian Recollects contribute to school education in Breves-PA? Is there an influence of this Order on the concept of school, education and curriculum? The objective of this investigation is to understand the relationship established between the Catholic religion and the education carried out in the school space belonging to OAR in Breves. In a specific way, we sought to know the contributions of OAR to school education in Breves and to identify the possible influences of this Order in the conception of education, school and curriculum. This is an exploratory research with a qualitative approach that used bibliographic research, document analysis and field research as a methodological procedure. To collect the data in the field, we used the semi-structured interview. The analysis of the empirical data followed the assumptions of the content analysis technique, in particular the elaboration of categories and inferences. In this process of the bibliographic base, the following categories emerged: cultural plurality; secular teaching and religious freedom. From the empirical data, we selected as categories: the role of OAR in Breves; school to train and also socialize aspects of the Catholic religion; curriculum. The results obtained show that school education and religion with a focus on Catholicism are intertwined. However, there is no religious imposition on the educational background of children, not least because many children belong to non-Catholic families. The influence of OAR in the conceptions of education, school and curriculum does not occur directly, it can be said that it occurs indirectly and through the Catholic guidance rituals adopted in the reception of children and in activities such as the “Coronation of Our Lady”. It is concluded that the training offered at the school managed by OAR corroborates for all existing religious denominations to be recognized, we can say that there is no room for indoctrination, exclusivity, segregation or religious intolerance, being able to serve all religious groups. In this sense, we see the opportunity for a dialogue that brings together and enables communication and respect between religions.

Keywords: Education. Religion. Story. Marajó.

LISTA DE SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

CF- Constituição Federal

DUDH – Declaração Universal dos Direitos Humanos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB – Lei De Diretrizes e Bases da Educação

MMFDH – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

OAR - Ordem dos Agostinianos Recoletos

PPP – Projeto Político Pedagógico

SEMED – Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AOS DIAS ATUAIS.....	19
2.1	Educação e religião: apontamentos históricos.....	19
2.2	Pluralidade cultural e a religião na sociedade brasileira.....	22
2.3	A laicidade do estado e sua reverberação na sociedade.....	27
2.4	A liberdade religiosa e as ordens religiosas no Brasil.....	31
3	OS AGOSTINIANOS RECOLETOS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM BREVES - PA.....	35
3.1	Lócus da pesquisa.....	35
3.2	Os agostinianos e a educação escolar em Breves no Marajó.....	37
3.3	A escola para a OAR: ensino, relações e objetivos.....	41
3.3.1	O currículo da escola Santa Mônica.....	45
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
	REFERÊNCIAS.....	50
	APENDICE – A - ROTEIRO DE ENTREVISTA – DIREÇÃO.....	54
	APENDICE – B - ROTEIRO DE ENTREVISTA – DOCENTES.....	55
	APENDICE – C - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PÁROCO.....	56
	APENDICE – D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57

1 INTRODUÇÃO

Colocar em debate a relação entre educação escolar e religião, embora, complexa constitui-se um desafio pertinente para melhor compreendermos o processo educativo e formativo em nossa sociedade. Sabemos que escola e igreja são instituições que têm finalidades diferentes na sociedade, mas que se cruzam e exercem significativa influência no modo de vida dos grupos sociais, chegando inclusive a exercer o papel de aparelhos ideológicos de Estado na expressão de Althusser (1989).

O interesse por essa pesquisa está relacionado com o meu processo de formação na Pedagogia. Durante os estágios, atividades obrigatórias do referido curso, foi possível perceber que educação e religião dividem espaços na escola. Diante disso comecei a delinear a ideia que estudar essa temática é de extrema importância, primeiro, porque nos possibilita conhecer aspectos históricos da educação escolar em Breves. E conhecer parte da história da nossa educação é indispensável para quem pretende/vai atuar diretamente no processo formativo de crianças no município. Segundo, é importante estudar tal temática em Breves, porque nos convida de um lado, refletir sobre questões de tolerância e respeito à religiosidade no âmbito escolar; e, por outro lado, permite compreender que os baixos índices educacionais resultam de um projeto societal excludente, que tem tornado a escola aparelho ideológico de estado.

A relação da educação com a religião não é coisa do momento, ao contrário, a história nos mostra que ambas – educação e religião – desembarcam no Brasil de mãos dadas. Como sabemos os Jesuítas foram os responsáveis por este desembarque e criação das primeiras escolas em solo brasileiro. Daí assegurar que a escola pública que conhecemos hoje tem seu embrião forjado no interior da Igreja católica. Esta Igreja como mostram os dados do IBGE de 2010 (64% dos brasileiros declararam-se católicos) exerce forte presença entre os brasileiros, o que sugere a influência do catolicismo na formação da população brasileira e, também, nos ajuda a costurar interesse pelo presente estudo.

Na cidade de Breves-Pará, onde situo a pesquisa, as igrejas (católicas e evangélicas) a alguns anos criaram as chamadas escolas conveniadas (três ligadas à Igreja Católica e duas a igreja evangélica), que são instituições conduzidas por tais Igrejas com apoio do governo municipal. Daí sugerir que há, uma intrínseca relação entre educação e religião em Breves no Marajó. Mas, para tratar dessa relação complexa, como mencionado, faz-se necessário primeiro entender a própria ideia de religião.

A Religião é a mais antiga instituição social do mundo e deu origem a inúmeras outras formas de organização e instituições sociais. Peccinin (2018, p. 103) comenta que entre “os povos antigos, família, casamento, sucessão, domicílio e propriedade eram conceitos que emanavam diretamente da religiosidade comum entre os grupamentos domésticos”. Desse processo destacam-se como importantes orientações religiosas o judaísmo, o islamismo e o cristianismo, consideradas as três maiores religiões do mundo ocidental, de caráter monoteístas, tendo como princípio a fé regida pelas Escrituras Sagradas (LIMA; DIAS, 2011).

No estado Antigo, durante a Idade Média, a religião (sobretudo o cristianismo católico) constitui-se referência na vida das populações daquela época. Em outros termos, a religião católica era a responsável por definir e gerenciar as diretrizes que orientavam a vida das famílias cristãs daquela sociedade, uma soberania que se estendeu e perdurou por um longo período. Com as mudanças ocorridas no mundo, sobretudo a partir das revoluções (a exemplo, renascimento, iluminismo, liberalismo, bem como do próprio cristianismo e reforma protestante) a religião de base cristã católica foi dividindo espaço com outras manifestações religiosas e não religiosas, fato que abriu caminho para se chegar a sociedade atual. Mas, embora, o catolicismo tenha perdido espaço ainda é a principal referência religiosa, o que explica os 64% (IBGE, 2012) anteriormente mencionado e ajuda indicar sua influência no modo de vida.

O fenômeno religioso manifesta-se de várias formas, elemento que torna a temática bastante pertinente para apreendermos sobre a vida em sociedade. Uma das questões que ganhou destaque nesse processo e não podemos deixar de mencionar mesmo de forma breve, visto não ser nosso foco de pesquisa, foi a intolerância religiosa, fenômeno que segundo Silva (2009) tem se configurado como responsável por conflitos e mortes de milhares de pessoas no mundo todo. Este autor observa que a intolerância se manifesta das mais variadas formas, isto é, como “racismo, machismo, homofobia, elitismo, xenofobia” (SILVA, 2009, p. 17) e quase sempre se desdobra em violência contra as pessoas e as instituições, a exemplo de templos depredados.

No Brasil por meio da lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, alterada pela lei nº 9.456, de 13 de maio de 1997, a intolerância religiosa é tida como crime de ódio, considerada inafiançável e imprescritível, sendo os criminosos sujeitos a pagamento de multas e prisões (BRASIL, 1989; BRASIL, 1997). A criação desta lei foi um passo importante e indispensável para combater tal fenômeno. Mas, para além desse dispositivo faz-se necessário desenvolvermos uma formação para a transformação social.

Outro aspecto a ser observado quando nos referimos a relação escola e igreja é a laicidade, sustentada pela separação entre Estado-Igreja, acontecimento que no Brasil foi oficializado inicialmente pela Constituição de 1891. Esta carta oficializa a laicidade, isto é, que no Brasil não se tem uma religião oficial. Perspectiva ratificada pela constituinte de 1988, Art. 19. Nos termos da lei, o Brasil é um país laico, ou seja, um país com posição “neutra” no campo religioso. Prevalece, desse modo, a ideia de uma liberdade religiosa a todos os cidadãos. Isso significa que não se permite interferência religiosa nos assuntos do Estado. Todavia, não é bem dessa forma que ocorre, há e sempre houve interferências religiosas nos assuntos estatais, fato bastante evidente nas últimas eleições, até porque estado laico não significa estado sem religião, ao contrário, cada governo tem suas concepções e ideologias religiosas.

Não podemos esquecer que todos nós possuímos individualmente posições, concepções religiosas que têm implicações na sociedade. Logo, as tomadas de decisão estatal, feita por seus governantes são influenciadas por concepções também religiosas. Como já mencionado, podemos dizer que nas últimas eleições essas interferências ficaram bem latentes. Na verdade, o cenário atual nos permite evidenciar com mais veemência as influências religiosas. A presença religiosa pode ser explicada ainda pela existência de uma bancada evangélica no Senado, o que mostra a interferência religiosa nas proposições e tomadas de decisões referentes aos assuntos do Estado. Temas que perpassam pelos campos que compunham a sociedade, isto é: saúde, segurança, meio ambiente, educação e etc. Tais evidências permitem ao menos questionar a ideia de um Estado laico, e ao mesmo tempo chamar atenção para a presença de um pseudodiscurso de neutralidade religiosa. Os acontecimentos históricos nos mostram que a presença religiosa é uma realidade e tem interferência em todos os segmentos que compõem a sociedade, principalmente, na educação.

Na particularidade desse estudo procuramos tratar da relação da educação escolar e religião a partir da atuação da Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR) na educação escolar em Breves-PA. A OAR é responsável por missões religiosas na Amazônia desde o início do século XX. É pertinente pontuar que as missões religiosas começaram por volta de meados do século XVI, com os jesuítas, os primeiros professores do Brasil, responsáveis pela criação dos primeiros colégios, fato que ajuda demonstrar a influência desses religiosos na formação da sociedade da época. É possível dizer que essa influência transcende a escola. No Pará, por exemplo, o “Círio de Nazaré”, permite demonstrar como a manifestação religiosa de orientação católica influencia na formação dos sujeitos, pois implica na cultura da população. No município de Breves, mesorregião do Marajó, a religião está presente na vida dos

habitantes, sendo diretamente ligada ao desenvolvimento social, cultural, educacional e econômico, o que pode ser, grosso modo, percebido por meio das festividades dedicadas aos santos católicos.

Observamos que a religião em Breves tem como referência não só catolicismo, faz parte também, o protestantismo, entre outros. Mas, neste trabalho o foco é o catolicismo por meio da OAR, presente nos municípios que compõe a Prelazia do Marajó, desde 1930, com os padres pertencentes a esta Ordem, que aqui aportaram com a missão de evangelizar (COSTA, 2018). Para diferentes religiosos dessa Ordem, ao longo desse período, além da catequização a OAR vem desenvolvendo trabalhos de cunho educacional e social que refletem no desenvolvimento do município.

Registra-se que no decorrer desses 90 anos em Breves a OAR construiu uma escola (Escola Santa Mônica) e a partir de então estabeleceu um convênio com a prefeitura municipal. Tal escola é responsável pela formação de várias crianças e jovens brevesenses. A referida escola trabalha com a educação infantil e ensino fundamental¹. Em meu Estágio Curricular Docente na Educação Infantil realizada nesta escola, acompanhei as atividades desenvolvidas na referida instituição. Neste exercício observei que as crianças da educação infantil são recepcionadas cotidianamente acolhidas, com cantos religiosos e orações católicas antes de serem encaminhadas as suas respectivas salas de aula, onde também fazem várias orações no transcorrer das atividades. Os demais alunos são recepcionados na sala de aulas por seus professores, e também fazem orações.

Diante desta vivência passei a levantar os seguintes questionamentos: Que relação há entre a religião e a educação desenvolvida pela escola da OAR? Como a Ordem dos Agostinianos Recoletos contribui com a educação escolar em Breves-PA? Há influências dessa Ordem na concepção de escola, educação e currículo? O objetivo desta investigação é compreender a relação estabelecida entre a religião católica e a educação realizada no espaço escolar pertencente a OAR em Breves. De modo específico buscou-se conhecer as contribuições da OAR para a educação escolar em Breves e, identificar as possíveis influencia dessa Ordem na concepção de educação, escola e currículo.

¹ Além desta escola, há ainda outra instituição que possui vínculo com a OAR por fazer parte da composição da família agostiniana. Esta outra escola inclui trabalha com todos os níveis da educação básica. Podemos dizer que a OAR se preocupa não só com a catequização dos fiéis, mas, também, com a formação escolar de crianças e jovens.

Para responder aos questionamentos e objetivos propostos o caminho trilhado envolveu determinadas escolhas teóricas e metodológicas. No campo teórico ancorei-me em autores como Aranha (2006), Gadotti (2004), Rodrigues (2012) e outros, que me ajudaram dialogar e contextualizar a temática. Em termos metodológico, ancoramo-nos inicialmente em Lakatos e Marconi (2003). Para essas autoras a ciência é um produto humano, que surge com a necessidade de a humanidade saber/descobrir o porquê dos acontecimentos. Em outras palavras, a ciência é um modo possível para se compreender e analisar o mundo, o que ocorre através de um conjunto de técnicas e métodos. O saber descoberto é apenas uma versão do conhecimento e responde ao seu contexto histórico. Isso quer dizer que a ciência não é a verdade, mas uma possível verdade sobre o tema pesquisado. Essa verdade pode ser refutada, reformulada e ampliada sempre que necessário. Partindo dessa premissa que as descobertas efetivadas no estudo, são provisórias e não abarcam a totalidade da realidade da educação escolar em Breves e muito menos das ações desenvolvidas pela OAR.

Neste empreendimento, a metodologia percorrida é de base qualitativa. Custodio (2017, p.43) nos lembra que “a metodologia é a base para a efetivação de todo estudo, pois a mesma direciona os caminhos que se pretende seguir e qual a melhor forma de se alcançar os objetivos. No campo científico, é impraticável a realização de qualquer trabalho sem o seu uso [...]”. Assim sendo, um de nossos desafios foi exatamente estabelecer uma metodologia alinhada aos objetivos e problemática elencada. Mergulhando em leituras e diálogo com a orientadora sem descuidar do rigor necessário optamos pela pesquisa do tipo exploratória de abordagem qualitativa.

Bogdan e Biklen (1994, p. 49) nos ensinam que a pesquisa qualitativa “[...] exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”. Esse tipo de abordagem permite perceber o desconhecido e enxergar nele o potencial para contextualizar e compreender o objeto de estudo. Conforme esses autores, tudo possui potencial para construir uma pista, nada é trivial, o que permite estabelecer uma compreensão esclarecedora dos fenômenos. Este delineamento de pesquisa permitiu a descrição do fenômeno estudado bem como a compreensão do processo de construção e efetivação das ações da OAR em Breves.

Quanto aos procedimentos recorremos a incursão bibliográfica e a inserção no campo. A pesquisa bibliográfica foi um procedimento adotado de forma estratégica para mapear as produções acerca do tema. Tozoni-Reis (2009) adverte que toda “pesquisa exigem uma revisão bibliográfica; uma busca de conhecimentos sobre os fenômenos na bibliografia especializada”. Esse tipo de pesquisa como esclarece Gil (2002) tem como fonte toda produção bibliográfica, isto é, livros, artigos, dissertações, teses e tem como finalidade permitir ao pesquisador ter acesso ao conhecimento produzido.

Neste estudo, a pesquisa bibliográfica possibilitou um aprofundamento dos conhecimentos acerca de nosso objeto, assim como a identificação do que já foi estudado e publicado evitando a repetição de estudos sobre o mesmo assunto. Nesta etapa realizei um mapeamento das produções acerca do tema, no banco de periódicos da Scielo Brasil, plataforma sucupira da CAPES e da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, utilizando as seguintes palavras-chave: educação e religião; agostinianos recoletos; e educação religiosa na Amazônia. Nesse exercício foi mapeado 27 produções (de 2012 a 2019), das quais 13 estão alinhadas à está discussão, no entanto somente três assemelham-se com este trabalho, mas nenhuma trata da realidade de Breves, elemento que ajuda a justificar a importância da pesquisa e escolha do tema e objeto.

As produções que se assemelham com este estudo correspondem a produção do autor Sérgio Peres de Paula que trata sobre os “Agostinianos Recoletos no Brasil, Criação da Província de Santa Rita de Cássia e o Impacto do Concílio Vaticano II”. O presente trabalho tem por objetivo estudar a vinda dos frades da ordem agostinianos recoletos para o Brasil bem como evidencia o trabalho pastoral exercido pelos frades na primeira metade do século XX seguiu as orientações da Igreja Católica, desde o seu nível de governo superior, a saber, Santa Sé, até o nível de Igreja local no Brasil. E conclui que Frades de uma pequena ordem religiosa no Brasil, a Ordem dos Agostinianos Recoletos, moveram-se por valores religiosos de renúncia individual à posse de bens materiais, de castidade e obediência, como meios para constituir a vida comunitária e liberar para os trabalhos "apostólicos". Esta produção nos dar subsidio para alicerçar nosso objeto estudo evidenciando aspectos importantes da vinda desses frades para o Brasil.

O trabalho de Mailson Fernandes Cabral de Souza sobre “LAICIDADE E LIBERDADE RELIGIOSA NO BRASIL: situando a discussão entre religião e política” O presente artigo tem o objetivo de analisar essa questão no âmbito brasileiro. E conclui que é possível dizer que a liberdade religiosa é garantida, no âmbito estatal, pelo princípio da laicidade. Assim o presente trabalho nos ajuda a compreender a laicidade e por conseguinte a

liberdade religiosa.

E as contribuições de Ronaldo de Oliveira Rodrigues que trata sobre “ETNOGRAFIA DE MÍDIA: analisando significados da relação religião-televisão com jovens de Breves-Marajó-Pará.” Tem como objetivo geral está tese analisar como a programação telerreligiosa participa do processo que configura a religiosidade do jovem marajoara brevense, considerando desde situações que partem do consumo de produtos midiáticos até o uso da mídia televisiva pelas instituições religiosas. E conclui que tanto para católicos quanto assembleianos marajoaras os programas telerreligiosos atuam como mediadores de formação. O referido trabalho nos permite conhecer um pouco mais sobre a religião em Breves. E as demais produções que aparecem no decorrer deste estudo somam-se as mencionadas anteriormente afim de dar maior fundamentação a pesquisa.

E por não ser uma pesquisa apenas bibliográfica houve a necessidade da inserção em campo. Para Gil (2002, p. 52) “[...] basicamente, a pesquisa de campo é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo”. Neste estudo, a inserção em campo permitiu capturar explicações e interpretações do fenômeno estudado. Na coleta de dados recorri a entrevista semiestruturada. Neste modelo Tozoni-Reis (2009, p.62), comenta que “[...] as questões são apresentadas ao entrevistado de forma mais espontânea, seguindo sempre uma sequência mais livre, dependendo do rumo que toma o diálogo”. Sob esta perspectiva as entrevistas produziram resultados significativos para a elaboração deste estudo, assim como possibilitou aos interlocutores liberdade de expressão em suas respostas favorecendo a compreensão da pesquisadora.

A realização das entrevistas envolveu dois professores, a direção geral da escola e o pároco, responsável pela Prelazia e a escola. Cada entrevista foi realizada individualmente e ocorreu nas dependências da escola no dia e horário combinado com os interlocutores. Estas entrevistas foram guiadas por um roteiro previamente construído e flexível (Apêndices A, B e C). Antes de cada entrevista entregamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice D) e informamos que as informações fornecidas seriam utilizadas unicamente para fins desta investigação. Indicamos ainda que todos serão identificados no texto com nomes fictícios para que assim pudéssemos resguardar a identidade dos mesmos. Também pedimos autorização para gravar cada entrevista, que ao final foram transcritas de forma literal.

Esse processo de escuta por meio das entrevistas foi essencial para conhecer e compreender as ações desenvolvidas pela OAR, haja vista que os interlocutores conhecem fatos que nem sempre podem ser acessados via documentos. Diante disso que a escolha dos interlocutores seguiu os seguintes critérios: entre os docentes selecionamos aqueles que estão na instituição desde sua inauguração ou ainda que trabalham a bastante tempo nela. Direção geral, pois a escola possui dois diretores um sendo o frei que é o diretor geral que conduz e supervisiona e, outro um funcionário escolhido pelo frei para se torna diretor(a) da escola e estar diariamente na instituição deliberando as atividades. O pároco foi selecionado para a pesquisa devido ele pertencer a OAR e conhece aspectos importantes da ordem e da religiosidade do povo brevense. Vale ressaltar que os interlocutores serão apresentados da seguinte forma: os professores serão identificados de “professor A” e “professora Z”. A direção geral de “interlocutor B” e para o pároco não será utilizado nome fictícios.

Durante o processo de entrevista foi detectado a necessidade da análise documental devido os interlocutores mencionarem o convênio entre prefeitura e OAR como elemento importante. Assim, analisamos o Termo de cooperação técnica Nº 001/2019, documento que estabelece e firma o acordo entre a Prelazia e o município, o que atribui a nossa escola-campo, o *status* de escola conveniada. Para conseguir tal documento enviamos ofício à SEMED solicitando tal documento. Um procedimento que demandou bastante tempo, pois, a secretaria demorou em nos responder. Cabe considerar que análise documental procura compreender circunstâncias sociais, econômicas (RICHARDSON, *et al*, 1999) em que o documento foi produzido para que possas traçar melhor entendimento acerca do objeto estudado.

Os dados empíricos coletados foram organizados, sistematizados e analisados com base em pressupostos da técnica da Análise de Conteúdo. Para Franco (2012) a análise de conteúdo foca a mensagem verbal, gestual, documental ou etc., tais mensagens expressam um significado e um sentido, porém, é preciso considerar a relação existente entre a emissão das mensagens e as condições contextuais de seus produtores. Sob tal aspecto, os dados foram organizados, seguidos de leitura e interpretação, e, por conseguinte, a produção textual.

Nesse exercício surgiram as categorias de estudo. Assim, da base bibliográfica temos: pluralidade cultural; ensino laico e liberdade religiosa. Dos dados empíricos, selecionei como categorias: o papel da OAR em Breves; escola para formar e, também, socializar aspectos da religião católica e currículo. A leitura e interpretação dos dados constitui-se em um momento doloroso e desafiante, que exigiu paciência, angústia para interpretar os dados em diálogo com a base teórica.

Essa discussão está organizada em 2 capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AOS DIAS ATUAIS” apresenta um breve percurso histórico da relação educação e religião, evidenciando o papel da igreja católica e dos jesuítas na história da educação brasileira bem como aspectos que permearam esta relação. No segundo capítulo denominado “OS AGOSTINIANOS RECOLETOS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR EM BREVES, PA”, trata de forma específica sobre a Ordem religiosa e a criação de uma escola de educação infantil e ensino fundamental em Breves-PA e sua contribuição ao desenvolvimento educacional da cidade de Breves assim como identifica possíveis influência da OAR na concepção de educação, escola e currículo. Nas considerações finais, as reflexões são retomadas de forma sucinta apresentando os principais objetivos e o alcance deles com teor de síntese do estudo expondo a contribuição da OAR para a formação de crianças e adolescentes e conseqüentemente a colaboração da Ordem para que todas as confissões religiosas existentes sejam reconhecidas. Podemos dizer que não há espaço para doutrinações, exclusividades, segregação ou intolerância religiosa, sendo capaz de atender a todos os grupos religiosos dentro e fora do seu espaço educacional. Neste sentido, vislumbra-se a oportunidade para um diálogo que aproxima e possibilita a comunicação e o respeito entre as religiões. E as implicações desta nova realidade reverbera nos saberes dos alunos e na formação pessoal e humano deles.

2 EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NO BRASIL: DOS JESUÍTAS AOS DIAS ATUAIS

O capítulo faz uma abordagem histórica acerca da relação entre educação e religião no cenário brasileiro, com destaque para o catolicismo. Neste exercício identificamos sucintamente o papel dos jesuítas, devido serem os pioneiros nesse processo. Também, se evidencia aspectos da relação entre religião e educação escolar desenhada nos dias atuais. Torna-se fundamental tal atividade exatamente pelo fato de que toda relação estabelecida em sociedade é histórica e socialmente construída. Nesse sentido, a discussão aqui proposta traz elementos teóricos e históricos que consideramos imprescindível para pensar e refletir o processo educacional e formativo em nossa sociedade, conforme propõe este estudo.

2.1 Educação e religião: apontamentos históricos

A história da humanidade nos mostra que a religião possuiu estreitas relações com a educação, ambos fenômenos sociais ajudam a definir os modos de vida no mundo. Daí dizer que educação e religião são histórica e socialmente construídas. No Brasil esta relação nutriu o desenvolvimento da sociedade brasileira, haja vista que foi por meio da religião que o Brasil desenvolveu seu primeiro embrião da educação formal.

Narra a história que no Brasil-colônia desembarcaram em terras brasileiras os religiosos da Companhia de Jesus, o que ocorre em 1549. Além desses também vieram os franciscanos, os dominicanos, e os mercedários. Segundo Aranha (2006, p.225) esses religiosos vieram as terras brasileiras “[...] com a finalidade principal de converter o gentio e impedir que os colonos se desviassem da fé católica, conforme as orientações da contrarreforma”. É nesse contexto permeado de interesses religiosos, políticos e econômicos da coroa portuguesa que surge o primeiro vestígio de educação no Brasil, fato que se dá por meio da Companhia de Jesus.

Apoiando-nos em Hilsdorf (2011, p.5),

[...] podemos dizer que os jesuítas chegam ao Brasil em meados do século XVI para realizar a premissa medieval do primado da fé defendida pela Igreja e pela coroa portuguesa, a qual sobrepõe os interesses político-religiosos aos interesses econômicos do lucro.

É dessa forma que se evidencia a chegada dos jesuítas ao Brasil em que se destaca interesses entre a igreja católica e a coroa portuguesa, sustentado por princípios coloniais.

Percebe-se que a história do Brasil está estreitamente ligada ao projeto colonial europeu, conduzido, sobretudo por Portugal e Espanha, tendo por interesse a expansão do capital e de princípios burgueses.

Em decorrência de ser o Brasil, colônia de Portugal, foi transformado em celeiro de exploração, funcionando economicamente de forma pré-capitalista, o que contribui para que a chamada modernização custasse a chegar. De acordo com Aranha (2006, p.224) “Enquanto na Europa os ventos da modernidade exorcizavam a tradição medieval, no Brasil implantavam-se formas de economia pré-capitalistas, com grandes proprietários de terra”. Comenta esta autora que o Brasil era uma colônia de economia agrícola, a qual se desenvolveu em torno dos engenhos de açúcar, cujo o lucro destinava-se a metrópole. O que caracterizava a economia da época em um modelo agrário-exportador dependente.

Nestas circunstâncias, a educação não possuía valor prioritário à coroa, devido a atividade agrícola não exigir formação. Assim, quem assumiu a função de educar, ou melhor, catequizar foram os jesuítas, ação que facilitava a dominação exercida pela metrópole. A educação-catequética caracterizava-se nesse sentido como agente colonizador na época. Aranha (2006, p.226) comenta que “no período de 210 anos, os jesuítas promoveram maciçamente a catequese dos índios, a educação dos filhos dos colonos, a formação de novos sacerdotes e da elite intelectual, além do controle da fé e da moral dos habitantes da nova terra”.

Educação e religião foram desse modo inseridas no cenário brasileiro entrelaçadas tendo os jesuítas como os primeiros educadores e responsáveis pela criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões. Esses missionários acabaram por instalar um primeiro sistema de educação no Brasil, (ARANHA 2006). Para Gadotti (2004), os Jesuítas promoveram uma educação hierárquica, dual, que ajuda explicar ainda hoje uma escola para pobres e outra para os ricos. Escreve este autor:

Os jesuítas desprezam a educação popular. Por força das circunstancias tinham que atuar no mundo colonial em duas frentes: a formação burguesa dos dirigentes e a formação catequética das populações indígenas. Isso significava: a ciência do governo para uns e a catequese e a servidão para outros. Para o povo sobrou o ensino dos princípios da religião cristã (GADOTTI, 2004, p. 65).

O autor mostra que os jesuítas desenvolveram o papel de catequizadores e de professores, implementando um sistema de ensino desigual e segregador. Na verdade, com tal educação garantiu-se uma formação que favoreceu os interesses de quem na época assumia o poder. A religião foi configurando-se assim em elemento para moldar os indígenas ao ideal de

cultura do homem branco europeu.

Em outros termos podemos dizer que, os vínculos estabelecidos entre Coroa Portuguesa e igreja católica no Brasil se concretizaram com bastante força, cuja educação jesuítica foi a ferramenta fundamental para estabelecer uma espécie de monopólio do colonizador no país pelo menos até meados do século XVIII, quando ocorre a expulsão jesuítica. Os jesuítas foram expulsos do território brasileiro em 1759, por inúmeros motivos. Um deles diz respeito ao poder econômico e político dos Jesuítas e a capacidade de moldar a consciência e a conduta das camadas sociais. Essa influência, vista como perigosa, provocou temor e insegurança por parte do governo da época, levando assim a referida expulsão.

Depois da expulsão dos jesuítas (século XVIII) a estrutura criada pelos missionários desmoronou-se o que levou praticamente a extinção do único sistema de ensino organizado existente no Brasil colônia, conforme explica Aranha (2006, p. 230):

[...] de início o desmantelamento da estrutura educacional montada pela Companhia de Jesus foi prejudicial, porque, de imediato, não se substituiu o ensino regular por outra organização escolar, enquanto os índios, entregues à sua própria sorte, abandonaram as missões.

Com a saída dos jesuítas a educação brasileira retrocedeu permanecendo por um quase meio século em decadência. Somente com a vinda da família real para o Brasil, em 1808 é o que país passa então por inúmeras transformações. No campo educacional emergiram modificações com a criação de novas escolas. Aranha (2006, p.376) comenta que: “quando a família real chegou ao Brasil, existiam as aulas régias do tempo de Pombal, o que obrigou o rei a criar escolas, sobretudo superiores, a fim de atender às necessidades do momento”.

O exposto até aqui mostra que o embrião do ensino no Brasil tem uma forte relação com a religião através da igreja católica, que com seus padres missionários organizou e implementou uma educação de caráter religiosa. A educação brasileira em seus primórdios tem a religião católica como uma diretriz, a qual acaba por influenciar a estrutura do ensino ao longo dos tempos, mesmo com a separação entre Estado e Igreja e a perspectiva da laicidade.

É válido pontuar que a introdução de negros africanos, trazidos como mão de obra escrava, sujeitos que, embora, subjugados e condenados à escravidão trouxeram para o território brasileiros suas crenças, seus deuses. Esta manifestação religiosa, assim, como as crenças indígenas (visibilizadas, mas não dizimadas como se pretendia a colonização), e, também, as de cunho pentecostais, inseriu elementos que ajudou a questionar a perspectiva de uma religião oficial representada pela igreja católica. Isso certamente provocou a necessidade de negociações, trocas e incorporações, designando o desenvolvimento de cultura religiosa no Brasil.

2.2 Pluralidade cultural e a religião na sociedade brasileira

O Brasil é um país que possui uma pluralidade e diversidade cultural enorme. Em cada região do país há diferentes grupos com suas tradições culturais (inclui modos de vestir, comunicar e cultivar suas crenças), herdadas de seus ancestrais. Para Aranha (2006, p.19) “cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelecem projetos de mudança”. No decorrer da história do Brasil percebe-se a apropriação dessas heranças e as mudanças ocorridas e projetadas por seus agentes.

Para melhor entender esse processo faz-se necessário entender o conceito de cultura, que aqui tomamos emprestado de Aranha. Segundo esta autora (2006, p.58) [...] “cultura é tudo o que o ser humano produz para construir sua existência e atender suas necessidades e desejos”. Isto significa que a cultura abarca as diversas formas pelas quais os indivíduos estabelecem relações entre si, entre grupos e com a natureza. E é através dessa sociabilidade que a espécie humana convive e adquire novas características, atitudes, hábitos e valores culturais. Com isto o ser humano é um ser social que por meio do processo de socialização vai adquirindo habilidades diversas, completando-se e completando a sociedade haja vista que se integra ao grupo que pertence e aos demais e assimila sua cultura vivendo e transformando os valores culturais existente.

A interação social entre os seres humanos fez surgir as diversas culturas. Desde os primórdios os seres humanos vêm se organizando em grupos, fazendo contatos uns com os outros e nessa dinâmica compartilharam/compartilham informações, saberes, conhecimentos, costumes e tradições, muito dos quais por meio da oralidade. Foi assim que os saberes foram transmitindo de geração em geração, exercício que potencializou as vivências e experiências, que deram (e continuam dando) subsídios para o desenvolvimento das diversas culturas.

Como uma “zona de contato” para usar um termo da pesquisadora Mary Pratti (2018), o Brasil constitui-se um território plural formado por diferentes povos, com destaque para as nações indígenas, das quais herdamos parte de nossa cultura. Em síntese, podemos dizer que a partir dos povos indígenas, primeiros habitantes desse território, dos negros (trazidos da África como escravos), dos colonizadores europeus, de asiáticos construímos nossa cultura.

A cultura brasileira é, assim, o resultado da miscigenação de diversos grupos étnicos. Esse processo explica a pluricultura, ou melhor dizendo, a pluralidade cultural, que diz respeito aos diferentes modos de expressão e performance do existir, habitar e viver humano. Dentre os elementos que compõem as características presente nos diferentes grupos sociais que fazem parte da sociedade brasileira está a religião. Um elemento que pelo processo

histórico mencionado contribuiu com o desenvolvimento do país. A história nos mostra que no passado, com a colonização, parte dos brasileiros foram levados a professar a mesma religião, o que se dá através da igreja católica. Todavia, com a chegada de outros povos, outras culturas religiosas foram inseridas o que justifica o pluralismo religioso.

Esse processo de valorização e conhecimento da pluralidade cultural só é possível por meio de um Estado Democrático de Direito e o Brasil se assegura como tal, conforme indica a Constituição de 1988. Este dispositivo afirma em vários de seus artigos o dever de o Estado assegurar a diversidade cultural e, conseqüentemente, a pluralidade cultural sendo perceptivo em alguns incisos, a ênfase no viés religioso.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias; VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

O exposto permite evidenciar que é dever do Estado proteger e assegurar a diversidade e pluralidade cultural e religiosas no território brasileiro para todos seus cidadãos. A ênfase dada ao viés religioso veio legitimar o paradigma do pluralismo religioso reconhecendo a existência das várias religiões presentes no país.

É sabido que, no passado a religião foi um meio pelo qual se demarcava o poder político e controlava a população e em alguns períodos o campo religioso sofreu com inúmeras perseguições havendo momentos na história de guerras violentas contra práticas populares organizadas.

No entanto, antes da Constituição de 1988 devido aos avanços ocorrido no seio da sociedade por meio das ideias iluministas e da Revolução Francesa, já era possível as pessoas professarem sua fé, assim como transitar entre as diversas religiões sem precisar se definir pertencente a uma determinada religião. Como bem ressalva Souza (2017, p. 78) “No pensamento iluminista, destaca-se a ênfase em valores como a igualdade, a liberdade e a fraternidade.” Neste sentido, já surgem formulações mais significativas em torno da tolerância em defesa da liberdade religiosa dos cidadãos.

Com a retirada dos jesuítas, a educação passou a responsabilidade do Estado, que a partir de então se apresenta como laico, isto é, sem uma religião oficial, garantindo, desse modo a liberdade religiosa. Entende-se que o Estado laico garante que todas as crenças, religiões possam existir assegurando, assim, a liberdade aos cidadãos brasileiros para

professarem sua fé. Esse pensamento, fruto do pensamento republicano, foi incorporado na Constituição de 1891, a qual assegurou que a religião católica não era a religião oficial no país, e que todas as outras religiões tinham o direito de realizar seus cultos publicamente. Muitas alterações ocorreram nas constituições subsequentes até a chegada da constituição de 1988 que veio assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais dos cidadãos sobretudo no campo religioso.

Como a Constituição de 1988, ocorreu uma reestruturação no seio da sociedade e o pluralismo religioso sobreveio a ser um valor político normativo. Além disso, as disputas por legitimidade entre as religiões tornaram-se mais rígidas e visíveis acentuando os conflitos por espaço, adesão e visibilidade, fatos que dão início a um processo de intolerância religiosa muito mais visível e que se desdobram nos embates religiosos no Brasil e mundo todo. Diante desse cenário a noção de tolerância que, no passado foi estabelecida e, pôs fim nas guerras religiosas na Europa volta a ser requisitada como estratégia de combater a intolerância.

No Brasil, a combinação de fé, política e conflitos sociais originaram inúmeros tipos de violência, dentre elas a violência religiosa, fomentada pela intolerância religiosa. A intolerância no cenário brasileiro pode ser detectada através de vários acontecimentos e práticas cometidas, como o discurso de ódio e rivalidade entre as religiões. Nesse cenário de intolerância os cultos afro-brasileiro, afroindígenas são tidos como ritos pagãos desde o império. Conforme Silva (2009, p.34) relata que;

Para se livrarem da opressão religiosa imposta pela religião oficial do Estado brasileiro, conforme estabelecido no Art. 5 da Constituição do Império, os negros adotavam a estratégia de fingir que rezavam para os santos católicos, substituindo-os pelos orixás que, a seu ver, a eles correspondiam. Daí, São Jorge vai corresponder a Ogum e Oxossi, e Nossa Senhora, à Iemanjá.

Neste sentido este cultos já eram rotulados como maus costumes, crendices, feitiçarias etc. No entanto, o Brasil é constitucionalmente um país laico há mais de 120 anos e no decorrer deste período várias leis foram criadas para garantir a liberdade religiosa a todos os cidadãos, o que ainda não se tem é uma lei específica para debater somente sobre casos de intolerância religiosa existindo apenas a punição garantida pela lei nº 9.459/97 que engloba crimes motivados por discriminação de raça, cor, procedência nacional ou religião. O que enquadrada os ataques motivados pela intolerância religiosa dentro dos aspectos relacionados ao preconceito, haja visto que ao longo da história da humanidade os fatos ocorridos demonstram que o preconceito foi fonte de violência e desigualdade nas sociedades.

O século XXI está sendo marcado pelos inúmeros casos de intolerância religiosas na sociedade brasileira o que acaba transformando este ato em mais um problema social crescente no país. Segundo a divulgação do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) os casos de denúncias por discriminação religiosa aumentaram no ano de 2018 chegando a 506 casos registrados pelo Disque 100 (Disque Direitos Humanos). Entre os segmentos mais afetados estão: umbanda (72), candomblé (47), testemunhas de Jeová (31), matrizes africanas (28) e alguns segmentos evangélicos (23) (MMFDH, 2018).

Os dados nos mostram que a religião mais atingida com a intolerância religiosa foi a umbanda. Vale ressaltar que esses são dados registrados, no entanto, ainda existem os casos não relatados que ocorrem de formas não veladas. Os casos de intolerância religiosa desde o início dos tempos, fazem parte da sociedade, devido uma religião se impor a outra fazendo emergir a discriminação que vai para além das diferenças de divindades englobando a forma como seus adeptos se comportam se relacionam a forma com usam suas vestimentas ou até mesmo o simples fato de serem judeus, católicos protestantes etc.

A respeito Silva (2009, p.35) nos dar um exemplo de intolerância religiosa com a utilização de violência letal “O exemplo mais acabado de intolerância anti-semita foi dado pelo nazismo na Alemanha de Hitler, quando foram exterminados, estima-se, cerca de seis milhões de judeus, simples fato de serem judeus.” Neste sentido ao longo do tempo buscaram-se debates e compreensão acerca da liberdade religiosa e hoje têm se tornado mais frequente devido o mesmo se basear nos direitos civis, assim como nos direitos humanos dos cidadãos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) diz que todos têm o direito de ter suas próprias crenças de pertencer ou não a uma determinada religião ou de mudar de religião garantindo assim a liberdade religiosa individual de cada cidadão. Esta Declaração afirma que todas as religiões podem viver e conviver pacificamente com seus direitos garantidos pelo Estado. A liberdade religiosa é, assim, um dos direitos fundamentais da humanidade segundo estabelece a DUDH no seguinte artigo:

Artigo II

1 - Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Artigo XVIII

Todo ser humano tem direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, em público ou em particular.

Percebe-se que a intolerância religiosa é um desrespeito aos direitos humanos e a declaração visa eliminar todas as formas de intolerância e discriminação constituídas em crença ou religião. Logo, no momento em que alguém é humilhado, discriminado ou agredido devido à sua crença, seus direitos constitucionais e seus direitos humanos estão sendo violados, o que prevê punição para os criminosos.

A intolerância religiosa como demonstrado circula dentro da sociedade brasileira, e é um ato que ocasiona danos irreversíveis às vítimas e à sociedade, uma vez que são poucos os brasileiros que conhecem e reconhecem a diversidade e pluralidade cultural e religiosa do país. Logo, este desconhecimento se torna um fator que favorece o surgimento de estereótipos, preconceito e intolerância. Fator este que é expresso pela discriminação e pela violência. Diante disso, percebe-se os reflexos ocasionados na sociedade e em particular na educação do país, haja vista que tal problemática adentra aos espaços educacionais requerendo uma atitude e posicionamentos daqueles que fazem parte deste contexto. Com isso faz-se necessário um olhar mais cuidadoso para a educação brasileira, pois a mesma tem um compromisso com a promoção dos direitos humanos, com a promoção da liberdade religiosa e, conseqüentemente, com o combate à intolerância religiosa.

Assim, a abordagem da diversidade e pluralidade cultural e religiosa do país deve fazer parte do currículo das escolas com o intuito contribuir com o combate a crimes relacionados a discriminação, violência, preconceito, racismo, intolerância religiosa etc. No caso específico de intolerância religiosa temos a problemática com o ensino religioso nas escolas de educação básica.

O ensino religioso é assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, lei nº 9.394 de 1996),

Art. 33. O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo. (Redação dada pela Lei nº 9.475, de 22.7.1997)

Nesta perspectiva, o ensino religioso pode desempenhar o papel de promover a liberdade religiosa e o combate à intolerância religiosa, pois a abordagem das diferentes religiões pode contribuir para a formação adequada dos alunos para exercerem a cidadania e respeitarem os direitos humanos. Pode, ainda, garantir a convivência pacífica entre estudantes e profissionais da educação adeptos de diferentes crenças ou descrenças enfatizando que podem assumir publicamente sua identidade religiosa.

Com isso, o principal compromisso do ensino religioso deve ser com a liberdade religiosa dos próprios estudantes no sentido de evitar qualquer constrangimento e qualquer negação das identidades religiosas ou não religiosas por parte dos estudantes. Desta forma pode-se identificar e reconhecer que a religião é parte integrante da cultura de um país e no caso específico brasileiro é notório a diversidade religiosa, pois o mesmo é composto por várias religiões, o que consequentemente acarreta na diversidade cultural existente no país.

As religiões estão presentes em todas as sociedades, cabe cada povo, indivíduo respeitar os diferentes valores e ritos religiosos, e assim conviver pacificamente em sociedade. Em outras palavras, a intolerância religiosa precisa ser superada. Para isso, cada um/uma precisa reconhecer o outro visando o diálogo em busca do entendimento entre as diferentes expressões de fé ou de ideais religiosas, algo cada vez mais necessário em um mundo que se torna cada vez mais globalizado.

2.3 A laicidade do Estado e sua reverberação na sociedade

O Brasil constitucionalmente assegura que é um estado laico e respeita a liberdade religiosa. Suas leis afirmam a separação entre as esferas religiosas e estatais, porém não proíbe a manifestação da fé dos seus cidadãos. Tal conquista não foi tarefa fácil devido o Estado manter uma união extremamente próxima com a religião até o final do império. As mudanças só foram ocorrer com a chegada do regime republicano que instaurou a separação entre Igreja e Estado. Mas, é bom ter ciência que este foi um processo longo, que perdurou por décadas e ocasionou mudanças significativas no seio da sociedade.

O primeiro registro desse processo de laicização do estado advém da proclamação da república por meio da constituição federal de 1891, que estabeleceu fatores importantes para o início do caminho em direção a laicidade do estado. Para tanto, instituiu em alguns de seus títulos e secção que:

TÍTULO I

Da Organização Federal Disposições preliminares

Art. 11. É vedado aos Estados, como a União:

2º Estabelecer, subvencionar, ou embaraçar o exercício de cultos religiosos

TÍTULO IV

Dos cidadãos brasileiros

SECÇÃO 11

DECLARAÇÃO DE DIREITOS

§ 4º A república só reconhece o casamento civil, cuja celebração será gratuita.

§ 5º Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal, ficando livre a todos os cultos religiosos a pratica dos respectivos ritos em relação aos seus crentes, desde que não ofendam a moral e as leis.

§ 6º Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

§7º Nenhum culto ou igreja gozará de subvenção oficial, nem terá relações de dependência, ou aliança com o governo da União, ou dos Estados.

Observa-se que este são os primeiros avanços e condições necessárias para reconhecimento do fim da existência de uma religião oficial no Brasil. E desta forma entra-se em declínio poder desempenhado pela religião através da igreja e passa ser dever do Estado garantir a liberdade e a igualdade de todos os cidadãos, independente da identidade religiosa que tivessem. A ruptura dessa relação igreja/estado ocasionou mudanças significativas na sociedade brasileira, pois o estado se declarou laico e automaticamente garantiria o direito de igualdade a todos os cidadãos o que teve reflexo nas esferas que eram predominantemente dominadas pelo poder religioso.

O ensino, casamento, e cemitérios adotaram o caráter secular e o estado não teria mais nenhuma representação, ou vínculo com qualquer religião. Nesse processo de construção do estado laico houve muitos avanços e retrocessos e a sociedade como um todo sofreu, porém, o campo educacional foi o que mais oscilou dentro desse processo devido à constituição seguinte ter um grande retrocesso permitindo a interferência do religioso na política e nos assuntos públicos do Estado. O princípio de liberdade igualdade e estado laico foram corrompidos e a religião voltou a interferir de forma significativa na sociedade.

O ensino de caráter leigo estabelecido pela CF de 1891, foi reestruturado e na CF de 1934 foi reestabelecido o ensino religioso nas escolas públicas. Assim como o casamento religioso readquiriu seus efeitos civis. E a religião por meio da igreja retomou seu lugar no âmbito público.

TÍTULO V

Da Família, da Educação e da CulturaCAPÍTULO I

Da Família

Art. 146 - O casamento será civil e gratuita a sua celebração. O casamento perante ministro de qualquer confissão religiosa, cujo rito não contrarie a ordem pública ou os bons costumes, produzirá, todavia, os mesmos efeitos que o casamento civil, desde que, perante a autoridade civil, na habilitação dos nubentes, na verificação dos impedimentos e no processo da oposição sejam observadas as disposições da lei civil e seja ele inscrito no Registro Civil. O registro será gratuito e obrigatório. A lei estabelecerá penalidades para a transgressão dos preceitos legais atinentes à celebração do casamento.

CAPÍTULO II

Da Educação e da Cultura

Art. 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.

Nesta Constituição, fica evidente aspectos de um estado laico e aspecto de um estado religioso, o que impacta diretamente na sociedade haja vista que são os primeiros passos dados em busca da criação da laicidade do estado brasileiro e a população ora se ver livre para expressarem sua fé ora essa liberdade é fragmentada.

Com a chegada da constituição de 1937 os vínculos estabelecidos entre estado e igreja se mantém, porém o mesmo só se concretizaria se a igreja colaborasse com o governo ditador, uma vez que com o advento da CF de 1937 foi instituído o regime do estado novo que objetivava manter o poder de Getúlio Vargas. E dessa forma mais uma vez a CF foi modificada o que impacta toda sociedade brasileira sendo necessário que ela se reorganize afim de atender as novas exigências do estado. A educação nesta constituição no que se refere ao ensino religioso é reorganizado, mas não perde algumas características elencada na CF anterior. No seu art.133 estabelece que; “Art. 133 - O ensino religioso poderá ser contemplado como matéria do curso ordinário das escolas primárias, normais e secundárias. Não poderá, porém, constituir objeto de obrigação”. O ensino religioso se mantém, porém não se torna mais obrigatório.

A constituição de 1946 surge em um novo contexto uma vez que é dado início ao processo de democratização e neste período a sociedade brasileira passava por grandes mudanças devido à grande industrialização que ocorria no país dessa forma outros povos se difundiam no Brasil havendo trocas culturais e, conseqüentemente, a difusão de outras religiões, o que ocasionou mudanças no seio da sociedade. E a CF de 1946 se repaginou alterando e modificando os elementos que a constituiu e no âmbito educacional o ensino religioso vem com uma outra estrutura, mas sem perde alguns aspectos das constituições anteriores. Em seu art. 168 inciso V ratifica que “V - o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;”

Desta forma a cada nova constituição a educação, assim como a sociedade sofre mudanças afim de atender as indigências da época e o viés religioso estar sempre presente. Na constituição subsequente de 1967 o direito à liberdade e igualdade se fazem presente. Os cidadãos têm sua liberdade garantida constitucionalmente e a educação no que diz respeito ao ensino religioso determinar que “IV - o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas oficiais de grau primário e médio”. Assim, a constituição estabelece suas normas e regras que equivale para todos sem nenhuma distinção e todos seus elementos impactam de forma distinta cada setor da sociedade. As mudanças

ocorridas até o supracitado recorte histórico nos mostram que o processo de criação de laicidade do Brasil oscila devido cada contexto apresenta sua especificidade para época.

A constituição de 1988 é instituída dentro de um processo de redemocratização do Brasil e nela há um nítido avanço em relação a área dos direitos humanos assim como no que se refere ao afastamento da igreja do âmbito estatal. Por meio desta nova proposta constituinte mais conhecida como constituição cidadã, termo utilizado por Souza (2017), a liberdade religiosa passa vigora-se dentro da lógica de um Estado democrático de direito.

Para Souza (2017, p. 88)

[...] a Constituição vigente baseia a construção do Estado laico brasileiro. Ela foi explicitamente marcada pela laicidade de princípio, rejeitando a confessionalidade estatal e assegurando a isonomia entre os diferentes credos e formas de organização religiosa.

A CF de 1988 põe fim aos governos militares e estabelece a liberdade do povo brasileiro e efetiva a democracia no país e considera o estado laico. Mas, a constituinte apresenta favorecimento ao campo religioso. Pois dispõem de referências a Deus em seu preâmbulo sendo que este esteve presente nas CF anteriores, assim como concede imunidade tributária a templos de qualquer culto, reconhece o casamento religioso com efeitos civis, prediz sobre a colaboração entre as religiões e o Estado em ações de interesse público, e mantem o ensino religioso nas escolas públicas.

Neste sentido a CF 1988 é bem diferente da constituição de 1891 que determinava a separação total do estado com a igreja, com as religiões e crenças. No entanto a laicidade é um fruto desse processo e nos diferentes contextos apresentados através das constituições ela esteve em maior ou menor evidencia. Se torna evidente que nesse processo de criação do estado laico e conseqüentemente criação da laicidade do estado houve avanços e recuos e a laicidade do estado atualmente não pressupõem separação total entre essas duas esferas. A laicidade do estado pressupõe a convivência pacífica entre cidadãos de religiões e crenças diferentes é um processo sócio-histórico civilizatório em desenvolvimento pois a laicidade estabelecida em 1891, não é que se tem nos dias de hoje haja vista que o contexto histórico exprime mudanças e transformações.

Para Lacerda;

[...] a laicidade é uma situação por assim dizer indisputável, pois a laicidade é fundamento do Estado e garantia das liberdades públicas, na variedade de compromisso a laicidade é um valor transitório ou passível de ser percebido como tal enquanto perdura uma situação de ausência de hegemonia religiosa em uma sociedade dada. (LACERDA, 2014, p.193).

Dessa forma, sob este viés é possível inferir que a laicidade é um princípio que se faz presente na sociedade permitindo a liberdade religiosa e determina a não hegemonia religiosa. Logo, todos os cidadãos têm o direito de professarem sua fé, no entanto quando este ato ocorre dentro de uma repartição pública como é o caso das instituições escolares cuidados precisam ser tomados pois é um espaço público administrado pelo poder estatal e o princípio de estado laico precisa ser empregado com mais veemência.

A escola é um espaço público e por ser pública, deve seguir os paradigmas do estado laico. Sendo que o estado é para todos, o ensino consequentemente deve ser para todos como prevê a CF de 1988, neste sentido não é permitido discriminar nenhuma religião, crença, fé ou credo. A educação brasileira teve seu primeiro embrião a partir da religião, porém hoje a educação brasileira não se baseia por ensinamentos religiosos, no entanto o ensino religioso se faz presente nas escolas públicas de educação básica e é permitido constitucionalmente, mas sua efetivação deve respeitar os princípios da laicidade do estado. A LDB assegura, no seu artigo 33, o direito ao ensino religioso de matrícula facultativa. Sendo este conteúdo reconhecido “parte integrante da formação básica do cidadão”.

A disciplina deve pressupor a individualidade de cada um pois a religião é algo individual e não dever haver favorecimento de alguns credos em detrimento de outros o estado através da educação deve garantir a igualdade em defesa da diversidade e pluralidade religiosa dos seus cidadãos.

2.4 A liberdade religiosa e as ordens religiosas no Brasil

A liberdade religiosa pressupõe a existência de diversas religiões, credo, e crenças religiosas. As práticas religiosas exercitadas por pessoas, instituições religiosas, ordens religiosas etc. desenvolvem serviços de caridade em prol dos mais carentes o que impacta diretamente na sociedade. Tais contribuições positivas afirmam a necessidade de garantir e preservar o direito humano fundamental da liberdade religiosa.

A garantia desta liberdade é prevista constitucional e legalmente, o que confere imunidade tributária às religiões com o intuito de não prejudicar nenhuma religião ou organização religiosa que possua fragilidade econômica. Tal isenção entra em consonância com o art.150 da CF de 1988 que prevê no seu inciso VI – instituir impostos sobre: b) templos de quaisquer cultos. Neste sentido é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a cobrança de impostos sobre templos religiosos.

É possível perceber que o lineamento jurídico brasileiro é bem disposto em relação à liberdade religiosa permitindo que os cidadãos expressem sua fé e que as instituições, ordens e organização religiosa efetivem suas atividades no seio da sociedade em detrimento do bem-estar social. A institucionalização da religião permitiu que ela se firme como instância de poder político, cultural e social, pois trabalha com práticas religiosas para criar comunidade religiosas, o que implica em visíveis mudanças sociais.

A criação das ordens religiosas advém de a necessidade do cristianismo propagar sua religião. Logo, criaram ordens com intuito de incorporar esforços em detrimento de seus objetivos as ordens religiosas tinham a responsabilidade de gestão e manutenção dos fiéis. Elas desenvolveram missões de ocupação de território por toda a Europa inclusive no Brasil onde proliferaram e se consolidaram em terras brasileiras perdurando até os dias atuais. Assim sendo, muitas foram as ordens vindas para o país com intuito de pregação e de propagação da fé como é o caso dos franciscanos e jesuítas.

A incorporação destas ordens religiosas no cenário brasileiro ocasiona mudanças significativa haja vista que no decorrer dos tempos, elas desenvolveram um considerável número de bens como igrejas, conventos, colégios etc. que atualmente são considerado patrimônios históricos culturais devido os mesmos representarem parte da história da sociedade brasileira. Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) as próprias ordens religiosas são reconhecidas como patrimônio cultural em nível federal através de tombamento relacionados aos bens do catolicismo sendo notório o destaque a algumas ordens religiosas regulares, a exemplo de: a Ordem de São Bento, a Ordem dos Frades Menores (Franciscanos); a Ordem do Carmo (Carmelitas); a Ordem dos Frades Pregadores (Dominicanos); e a Companhia de Jesus (Jesuítas).

A Constituição Federal de 1988 reconhece a importância das referências culturais brasileira e prevê o que constitui como patrimônio cultural brasileiro em seu art.216

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: (EC no 42/2003)

Nesta perspectiva as ordens religiosas foram grupos religiosos que tiveram sua parcela de contribuição na formação da sociedade brasileira ratificando assim seu título de patrimônio cultural. As ordens religiosas sempre se fizeram presente no país o que influência direta ou indiretamente no seio da sociedade a exemplo desta influencia temos a Companhia de Jesus, que, como já mencionamos neste estudo, foi responsável pelo embrião do sistema de ensino no Brasil em meados do século XVI.

Em todo o percurso histórico da criação da sociedade brasileira se nota a presença da religião através dessas ordens religiosas, em alguns momentos na história essa presença é bem efetiva já que elas atuam na área social oferecendo muita das vezes assistência médica, alimentar e educacional. No século XVI estado e igreja (que representa a religião) se confundiam em termo de representatividade, haja vista, que a igreja tinha um grande poder, o que caracterizava a mesma influenciadora dos direcionamentos dentro da sociedade e consequentemente na vida das pessoas. Segundo Milani (2015, p. 25) “No estado antigo a família, a religião, o Estado e a organização econômica eram difundidos. Não se concebia a divisão que se hoje consegue vislumbrar. As marcas fundamentais desse período eram a natureza unitária e a religiosidade.”

Neste sentido, com a separação entre estado e igreja, houve o afastamento dessas instâncias e a natureza unitária abre espaço para as diferenças sejam elas religiosas, familiar ou etc. Portanto tornou-se dever de o estado garantir, educação, segurança, saúde, lazer, para os cidadãos, no entanto, a efetivação desses direitos garantidos constitucionalmente pela CF 88 deveria ser fiscalizada para evitar abusos e violações dos diretos.

Apesar da “aparente” separação ainda é possível encontrar resquícios culturais e representativos na sociedade da esfera religiosa. Além dos ícones representativos religiosos em espaços públicos é possível evidenciar a presença de ordens religiosas fornecendo subsídios essenciais à vida humana. Tais intervenções dessas ordens no âmbito social exprime a garantia e efetivação da liberdade religiosa para que elas desenvolvam seus preceitos religiosos de forma legal.

Atualmente no Brasil a representatividade das religiões acontece por meio de várias instituições, organizações e ordens religiosas. Entre estas tem-se a OAR, ligada à Igreja católica. A OAR desembarcou em solo brasileiro em 1899, como escreve Paula (2012, p.66)

Entre janeiro de 1899 e novembro de 1906, foram ao todo 17 grupos missionários enviados para o Brasil, sendo sete para a Diocese de Goiás-Uberaba; quatro para Belém do Pará; um para Vitória, Espírito Santo; três para Bahia; quatro para Ribeirão Preto (dois grupos vieram juntos e se subdividiram entre Ribeirão Preto e Bahia). A princípio, quase todos os missionários foram enviados para a Diocese de Goiás-Uberaba.

Esses missionários, conforme argumenta este autor, em cada canto desse país, passaram a desenvolver seus trabalhos seguindo os preceitos e estilo de vida religiosa de Santo Agostinho². A OAR desenvolve missões, assim como promove a educação através de seus colégios e escolas.

No Brasil, esta ordem possui várias instituições de ensino espalhada pelo país, no Marajó são três instituições, duas destas instituições ficam em Breves sendo a escola Santa Mônica de ensino infantil e fundamental e a ONG Arcores que realiza o projeto “Amanhecer Feliz” com reforço escolar para crianças e adolescentes de até 15 anos de idade. A outra instituição fica localizada no município de Portel. Vale ressaltar que em Breves se faz presente outras instituições que possuem vínculo com a OAR por fazer parte da composição da família agostiniana a exemplo de: colégio Santo Agostinho sob responsabilidade das irmãs agostinianas. Isso mostra que o estado laico assegura a liberdade religiosa, que não só diz respeito a garantia das religiões se manifestarem publicamente, como também a possibilidade de as mesmas desenvolverem ações que incorporem dimensões atribuídas a responsabilidade do estado como é o caso da educação.

Entendemos que a garantia da liberdade religiosa deve balancear o vínculo existente entre estado/igreja e as relações sociais tendo por finalidade o reconhecimento dos diversos segmentos religiosos que tem o direito natural e legal de professar sua fé. O direito à liberdade religiosa traz a essência de toda luta contra a intolerância religiosa e ratifica a dignidade humana e o exercício pleno de cidadania, o que perpassa por uma formação escolar que possibilite ao sujeito compreender as religiões, suas essências, papéis e importância na construção da sociedade.

² Para Pirateli (2003; p. 328) É mister considerar que a importância de Santo Agostinho não está apoiada, apenas na amplitude da sua obra, mas, sobretudo, na fecundidade da sua ação. O mestre de Hipona não foi somente homem da Igreja (bispo, filósofo, teólogo, dogmático, espiritualizador, teólogo moral e místico), mas também se dedicou à filosofia (antiguidade tardia), fato que lhe conferiu o posto de autoridade fundamental para a especulação medieval posterior, o que nos levou a concordar com a afirmação: “o maior pensador cristão (e não apenas cristão) do Ocidente” (MORESCHINI; NORELLI: 2000, 13). Nesse sentido santo agostinho representa uma autoridade dentro da igreja seus pensamentos adquiriram corpo doutrinal e sua notoriedade perdura até os dias atuais.

3 OS AGOSTINIANOS RECOLETOS E A EDUCAÇÃO ESCOLAR EMBREVES-PA

O capítulo trata da OAR e sua contribuição ao desenvolvimento educacional da cidade de Breves, que se evidencia sobretudo com a criação de uma escola. Também identifica possíveis influencia dessa Ordem na concepção de educação, escola e currículo.

3.1 Lócus da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na Escola Santa Mônica, criada em 1991, pela OAR na cidade de Breves. O município de Breves possui cerca de duzentos e setenta e cinco³ escolas sendo que duzentos e quarenta e dois estão localizada no meio rural e trinta e três no meio urbano dentre elas cinco são instituições conveniadas. São elas Santo Agostinho, Maria Halfos, Adventista, Cedim e Santa Mônica todas localizadas no meio urbana. As supracitadas escolas são pertencente as religiões católica e evangélica. Todas possuem um termo de cooperação técnica com o município para o desenvolvimento de suas atividades.

A escola Santa Mônica encontra-se localizada em um perímetro que abrange duas ruas, isto é, rua coronel Portilho N° 1372 e Rua Benjamin Constant N° 1388, Bairro Riacho Doce. A escola Santa Mônica conta com dois prédios em uma mesma quadra, um prédio destinado à educação infantil e um ao ensino fundamental. Logo, a escola tem duas entradas, uma para cada nível de ensino, o que explica os dois endereços.

Verificamos que a estrutura predial destes dois níveis de ensino é diferente, isto é, a infraestrutura do ensino fundamental consiste em um prédio com dois pisos com salas de aula com espaços bem planejados, com ventilação e iluminação. A escola conta com 01 sala de informática, 01 sala de leitura, 01 sala para os professores e no local possui 02 banheiros, assim como possui mais 02 para uso dos alunos no primeiro andar e 02 no segundo andar do prédio, 01 sala da direção, 01 coordenação, 01 secretaria, 01 copa 01 refeitório 01 sala de recursos multifuncionais e 22 salas de aulas.

O prédio da educação infantil tem apenas um piso. É também um espaço com boa ventilação e iluminação, conta com 07 salas de aulas com banheiros, 01 sala de leitura, 01 sala de A.E.E, 01 sala dos professores, 01 sala da direção com banheiro, 01 sala da coordenação pedagógica com banheiro, 01 secretaria, 01 arquivo, 01 sala de vídeo, 01 brinquedoteca, 01

³ Informações cedida pela SEMED (Secretaria Municipal de Educação)

refeitório, 01 copa, 05 banheiros masculinos, 05 banheiros femininos, (adaptados para uso das crianças) 01 espaço de convivência e 01 garagem coberta.

Registra-se que a esta escola começou suas atividades em 1991, na época era uma pequena instituição que atendia cerca de 30 crianças. Com aumento de demanda, a escola expandiu-se passando, em 2006, a titulação de “Escola de Educação Infantil Santa Mônica”, posteriormente, em 2009 ocorreu a ampliação para o ensino fundamental. A partir dessas ampliações a estrutura foi igualmente ampliada até chegar na estrutura que se tem hoje.

A instituição funciona nos turnos da manhã e tarde. Em ambos os níveis, recebe cerca de 1746 alunos dos bairros do entorno e dos demais bairros. Sendo que 1331 alunos são da modalidade de ensino fundamental e 415 alunos da educação infantil. Conta com 222 funcionários e as organizações das categorias profissionais que compõem esta instituição são; administrativo, equipe de apoio e docentes. Destes 158 fazem parte do nível de ensino fundamental e 64 do nível de ensino infantil. No ensino fundamental os funcionários estão divididos da seguinte forma: 02 diretores (as), 04 coordenadores (as), 05 agentes administrativos, 26 funcionários de apoio, 121 professores sendo que 74 são professores (as) dos anos iniciais e 47 professores(as) anos finais. Na educação infantil segue desta forma: 02 diretores(as), 02 coordenadoras, 07 agentes administrativos, 18 funcionários de apoio e 40 professores (as). Vale lembrar que os diretores escolhido pela direção geral da escola que é a mesma tanto para a educação infantil quanto para o ensino fundamental são diferentes para as respectivas modalidades de ensino.

Vale ressaltar que a presente instituição é conveniada ao município e o Termo de Cooperação Técnica acordado entre as partes estabelece que fica a cargo da prefeitura disponibilizar servidores, dentre eles, professores, orientadores, agente de alimentação e administrativo e operacional. Como bem ressalta o supracitado termo:

I- COMPETE AO MUNICÍPIO DE BREVES- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO-(SEMED)

B) Disponibilizar servidores tais como: professores, orientadores, agente de alimentação escolar, agente administrativo e operacional que fazem parte do quadro funcional da Secretaria Municipal de Educação para desenvolver as atividades em sala de aula e as atividades referentes a serviços administrativos, e manutenção do espaço destinado as atividades educacionais. (TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2019; p. 6)

No que se refere a proposta educacional, segundo os entrevistados a escola segue os parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação de Breves (SEMED). Verificamos, inclusive, que a escola não tem um Projeto Político Pedagógico (PPP) para o ensino fundamental, o que classificamos como uma situação problemática, que se estende à

educação infantil, pois, embora esse nível tenha o referido documento, o mesmo encontra-se desatualizado. O PPP de uma escola não é um documento para simples cumprimento normativo, é proposta que tem por finalidade explicitar o papel social da escola, as diretrizes e caminhos a serem seguidos, as ações e estratégias operacionais a serem desenvolvidas por todos os atores que fazem a escola. Como escreve Veiga (1998, p. 9),

O projeto político-pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicitação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Seu processo de construção aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo. Ele precisa ser concebido com base nas diferenças existentes entre seus autores, sejam eles professores, equipe técnico-administrativa, pais, alunos e representantes da comunidade local. É, portanto, fruto de reflexão e investigação.

Veiga (1998), mostra que o PPP é uma ferramenta indispensável para assegurar a autonomia da escola na sociedade. Sem essa ferramenta a escola fica sem rumo, sem direção. O PPP norteia a escola em seu papel junto a comunidade, permite a escola construir ações que sinalize o compromisso político e pedagógico da instituição. O PPP, constitui-se ainda em espaço de reflexão sobre a prática pedagógica e as escolhas que a escola faz.

3.2 Os agostinianos e a educação escolar em Breves no Marajó

No ano de 1899, os primeiros frades agostinianos recoletos vieram para o Brasil e assumiram diversas paróquias em distintas regiões do país adotando várias áreas de trabalho com caráter missionário. Porém, somente a partir de 1929, tomaram frente na Prelazia de Marajó, da qual fazem parte os seguintes municípios: Anajás; Afuá; Bagre; Breves; Chaves; Melgaço; Portel; Soure e Salvaterra.

Segundo Rodrigues (2015; p. 61)

A Prelazia de Marajó, criada em 14 de abril de 1928 pela Bula *Romanus Pontifex* no pontificado do papa Pio XI, é uma circunscrição eclesial da Igreja Católica no Brasil. É sufragânea da arquidiocese de Belém e foi confiada pela Santa Sé à Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR) da província de Santo Tomás de Vilanova.

Nesta perspectiva a OAR se faz presente no Marajó há nove décadas. Inicialmente os frades vieram com o intuito de expansão de território e de abrandar a falta de sacerdotes que se tinha em todo o país em particular nas cidades pequenas normalmente de caráter rural como é o caso dos municípios que compõem a Prelazia de Marajó.

De acordo com os escritos de Paula (2012, p. 125)

[...] os frades deveriam estabelecer, onde ainda não houvesse, as associações católicas do tipo Apostolado da Oração e Filhas de Maria, e dar assistência às outras, como por exemplo as conferências vicentinas. Tinham permissão de criar aquelas que eram próprias da Ordem, como a Arquiconfraria da Sagrada Correia e a Ordem Terceira Agostiniana Recoleta. No cotidiano, a missão dos frades consistia em dedicar-se sobretudo ao culto, com missas regulares, e incrementar as devoções ao Santíssimo Sacramento e ao Sagrado Coração de Jesus, além das devoções próprias (Nossa Senhora da Consolação, São José, Santo Agostinho, Santa Rita de Cássia), e as locais

Tais aspectos da linha de trabalho dos agostinianos recoletos se estende por todo o país havendo apenas poucas modificações na condução do mesmo devido as especificidades de cada local. Paula (2012; p. 125) comenta que “na maioria dos lugares onde trabalharam, as condições eram bastante precárias, as extensões imensas e o idioma consistiam num obstáculo para a comunicação”. Considerando a realidade de vulnerabilidade e desigualdade social do Marajó, bem como o labirinto de rios, igarapés e grandes áreas de floresta, podemos dizer que estes religiosos enfrentaram sérios desafios para evangelizar por aqui. Precisaram aprender a lidar com a mobilidade entre os rios em pequenos cascos a remo e barcos, quase sempre precários para enfrentar as grandes distâncias. Outra situação em que precisaram aprender a lidar refere-se ao clima quente e úmido, um desafio para quem vem das outras regiões brasileiras e, sobretudo para os estrangeiros, a exemplo dos padres espanhóis.

Todavia, apesar das dificuldades e desafios sociais e geográficos verifica-se que no decorrer de nove décadas a OAR procurou e procura desenvolver um trabalho pastoral, considerando o estilo de vida marajoara e não preso a catequização. O trabalho de evangelização dessa ordem incorpora em sua linha de atuação as dimensões sociais e educacionais, a exemplo da ONG Arcores e a escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Santa Monica, espaços destinados a trabalhos educativo com crianças e jovens carentes do município de Breves.

Como visto no primeiro capítulo, a Igreja católica propõe-se a evangelizar adotando também uma pedagogia catequética, podemos dizer que a educação é interpretada por esta igreja e suas ordens como canal de promover a evangelização e, por conseguinte, uma formação cristã. Papa Francisco em suas Encíclicas tem batido fortemente sobre a importância da educação na superação dos problemas ambientais e sociais. Não se trata da educação como canal para catequisar apenas, mas para promover uma formação integral, e isso, inclui religião e religiosidades, práticas e saberes culturais, políticos e econômicos. Na última Encíclica *Fratelli Tutti*, fala de um pacto global de educação. Segundo o site

educationglobalcompact.org⁴ será “um pacto para gerar uma mudança em escala planetária, para que a educação seja criadora de fraternidade, paz e justiça.” Neste sentido será um pacto em que todos devem esforçar-se para promover uma educação com qualidade às crianças e jovens do mundo. Podemos dizer que há uma preocupação com a evangelização, mas, há, sobretudo uma urgência com a formação crítica, que uma vez efetivada, servirá à evangelização também.

Voltando nosso olhar para Breves e as ações da OAR, verifica-se que entre a ONG e a escola Santa Monica, está última se destaca devido atender um número maior de crianças e adolescentes. Interessante registrar que esta escola, inicialmente foi pensada e criada apenas para a educação especial como narra o interlocutor B “A ideia principal primeira desta escola era dar uma ajuda à sociedade de Breves, no entanto não como escola comum subitamente uma ajuda para educação especial”.

Nota-se que a escola nasce com a perspectiva de a OAR contribuir com a educação especial no município. Ideia que, também, se verifica no relato do Pároco.

A criação da escola tem dois momentos a mais atual seria o de 2009 quando se acrescenta a creche. A ideia nossa era ajudar as pessoas com necessidades especiais essa era a primeira ideia tínhamos uma pequena escola de infantil e aí passou a fundamental também para acolher pessoas com necessidades especial além de atender as pessoas do bairro que precisam de escola nosso desejo era ajudar essa pessoas que não tinham oportunidade.

Cabe pontuar que em 1991 a OAR não estava à frente do trabalho de assistência as crianças especiais. Esta iniciativa era protagonizada pela comunidade católica Santa Mônica, o que justifica hoje a instituição se chamar escola Santa Mônica. O desejo implantado por esta comunidade possibilitou a criação da instituição, assim como o alargamento da possibilidade de ajudar as crianças e jovens com e sem necessidades especiais não só do bairro, onde se localiza a instituição, mas como, também, de todo o município já que atualmente a escola atende ao público infantil e juvenil de todos os bairros de Breves.

O interlocutor B considera que as mudanças ocorridas na instituição estão relacionadas as mudanças na legislação. Comenta o entrevistado: “Estamos falando dos anos em que as leis da educação têm mudado e também a escola tem ido mudando de acordo com a legislação do país.” O mesmo se refere a nova lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9394/96 art. 58 que dispõem;

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013. Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

⁴ < <https://www.educationglobalcompact.org/> > Acessado em 30/10/2020

Diante da lei, a OAR modificou seus planos, passando a implementar o ensino regular com o oferecimento de educação especial em classe regulares. Tal modificação proporcionou atendimento a um número maior de crianças e adolescentes. Cabe ainda ressaltar que tal feito só foi possível por meio da comemoração aos cem anos da Província de Santo Tomás de Vilanova (1909-2009), onde os religiosos decidem presentear a Prelazia do Marajó com a realização de um projeto social que culminou na construção da escola.

Em comemoração aos cem anos da Província de Santo Tomás de Vilanova os superiores da Ordem Agostiniana Recoleta decidiram presentear a Prelazia do Marajó com a realização de um projeto social. Após várias reuniões optou-se pela construção de um colégio, que inicialmente poderia ser implantado nas paróquias dos municípios de Portel, Salvaterra ou Breves. Porém opta-se implementar na paróquia de Breves devido a carência que tem essa situação aqui e por já existe uma pequena ação de assistência a crianças especiais e assim começamos um trabalho que chamamos de social (Interlocutor B, 2019).

Com essa iniciativa a OAR colocou em prática no município um projeto de caráter educacional. De acordo com o site agostinianos recoletos ⁵“A educação é para a ordem dos agostinianos recoletos uma das colunas de seu apostolado para o mundo. Por mais de 400 anos foram promovidas ações educativas, entendendo que elas são instrumentos de evangelização e promoção cultural.” Isso mostra que sem a educação para a OAR a evangelização não tem a eficácia necessária. A educação, como mencionamos anteriormente, é uma das principais colunas do projeto missionário dessa Ordem justamente por lhe permitir desenvolver uma evangelização para além da catequização, isto é, uma evangelização que forma, transforma e emancipa.

A OAR compreende que a escola e a religião são instituições que estão intrinsicamente ligadas à formação da personalidade e comportamento dos sujeitos. Ambas – escola e religião – contribuem fortemente para a propagação de valores, princípios e conhecimentos científicos, históricos e bíblicos, ou seja, são instrumentos eficazes para promover a evangelização.

Desse modo, a educação para OAR é um instrumento de evangelização e para tal precisa ser desenvolvida integralmente como bem ressalta o interlocutor B (2019)

A educação para nós precisa ser integral trabalhar a pessoa integralmente que é a mente o científico e o coração preparar a mente e o coração que é a pedagogia agostiniana. Primeiro é a imagem de pessoa, segundo diz o catecismo na igreja católica dimensão humana dimensão religiosa. Muitos podemos formar em matemática, mas nós vamos unir o bloco por assim dizer o que dita o Brasil em que tem que ser ensinado e vamos colocar a pasta também católica por que em tudo estar. Em matemática também se tem que ver a Jesus, em ciências naturais também a Jesus a Deus, em história da sociedade e social também a Jesus e todas as coisas é o equilíbrio entre o oficial da educação nos mínimos e máximos que ditam o Brasil com os mínimos e máximos que ditam a igreja.

⁵ <<http://www.agustinosrecoletos.com.br/>>. Acesso em 22/06/2020

A narrativa sugere que há em certa medida influência dessa Ordem no currículo materializado nesta escola. Isto é, a OAR desenvolve seu projeto social e educacional por meio da sistematização de um ensino que entrelaça aspectos, intenções e objetivos de ambas instituições (Estado/ Igreja), que melhor evidenciamos no tópico abaixo.

3.3 A escola para a OAR: ensino, relações e objetivos

Para a OAR a escola Santa Mônica é uma escola católica conveniada ao município, que baseia suas ações nos princípios e valores cristãos e agostinianos e nos valores morais da educação e da formação. Nesse sentido, sua concepção de escola entrelaça-se a uma formação cristã e a uma formação moral da educação.

O termo de cooperação técnica acordado entre OAR e o município estabelece as diretrizes que ambas – OAR e município – devem implementar. O presente termo considera que:

A SEMED fará funcionar, no prédio dado em comodato, a Escola Municipal Santa Mônica (educação infantil e ensino fundamental), a qual ficará, sob responsabilidade administrativa e pedagógica da OAR-Santo Tomás conforme estabelecido a seguir. (TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2019; p. 3)

O supracitado termo foi fundamentado a partir das seguintes leis: Lei nº 8.666/93 (e alterações introduzidas pelas leis nº 8.883/94 e nº 9.648/98), e Lei nº 2.500 de 27 de dezembro de 2017 (lei municipal), que possuem disposições legais para a concessão do presente acordo. Com este termo a escola ganhou status de conveniada devido a mesma compartilhar suas atribuições com o município deixando a cargo dele o funcionamento da escola e sob responsabilidade da OAR a condução da escola no campo administrativo e pedagógico.

Por essa razão o parágrafo único desse acordo determina que;

Parágrafo Único: Em virtude do presente Acordo de Cooperação Técnica a Escola Municipal Santa Mônica possuirá REGIMENTO DIFERENCIADO, o qual deverá ser previamente aprovado pela SEMED em procedimento próprio.” (TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2019; p. 3)

Assim sendo, a presente instituição possui um regimento diferenciado que permite a ela adotar uma proposta que tenha como princípio básico uma formação cristã aliada à formação escolar, como podemos verificar no enunciado em seu blog⁶ institucional.

A Escola Santa Mônica pertence à Ordem dos Agostinianos Recoletos (OAR). Assim, constitui uma opção para os pais que desejam para os seus filhos uma educação que se desenvolve a partir dos VALORES CRISTÃOS, aliados a um grande nível de exigência nos estudos.

Evidencia-se que o modelo de educação pensado e desejado pela OAR privilegia valores cristãos e um alto nível de exigência da formação escolar, o que demanda regras específicas e um projeto pedagógico diferenciado. Todavia, não é bem isso que ocorre, como podemos observar na narrativa de um dos professores entrevistados,

O modelo de educação que é dado na escola Santa Monica não é muito diferente que as outras escolas pautadas nos valores morais da educação e da formação. Mas só que nós temos a formação cristã aliada a formação social e pessoal do aluno. Então nós temos esse diferencial essa formação cristã de chega na escola e fazer a oração de comemorar as datas religiosas da igreja. Esse é o nosso diferencial (Professor A, 2019).

Constata-se que o diferencial da escola estar na formação cristã que a mesma valoriza, isto é, os ritos e dogmas pertencentes à Igreja católica. Cabe pontuar que a escola segue uma filosofia própria de educação a filosofia agostiniana. A filosofia agostiniana foi criada e desenvolvida por Aurelius Augustinus (Santo Agostinho) um teólogo do cristianismo e filósofo que sistematizou o pensamento cristão, dando origem ao que ele denominou de "filosofia cristã". A presente filosofia é o que conduz as ações presente na escola Santa Mônica. Segundo o blog da supracitada escola “Toda a prática é norteada e iluminada pela Filosofia e Espiritualidade de Santo Agostinho.” Desse modo valorizam as bases pedagógicas agostinianas.

Segundo Paula e Ponchirolli a educação agostiniana,

Tendo como pressuposto a importância de conhecer, relacionar e aprender é que o ensino agostiniano se preocupa integralmente com a formação de seus alunos em todos os âmbitos que concernem a um aprendizado verdadeiro e sólido. (PAULA, PONCHIROLLI, S/A, p. 2)

Neste sentido o ensino pensado e desenvolvido pela OAR a partir da linha pedagógica agostiniana se propõem desenvolver aspectos educacionais coerentes e constantes que formem cidadãos livres capazes de estabelecerem relações recíproca e com respeito elementos que se fazem presente na filosofia de Santo Agostinho. Para Paula e Ponchirolli

⁶ <<http://escolasantamonica-breves.blogspot.com/p/quem-somos.html/>>. Acesso em 29/06/2020

Agindo conforme esta filosofia, surge a importância do papel humanizador da educação. Nesse sentido, a formação que refina do papel humano da pedagogia e o faz em busca de dialogar com confiança, transmitindo o conhecimento com amizade, e com isso estimular a sabedoria, torna único a cada educando o significado humano que a ele é devido. (PAULA, PONCHIROLLI, S/A, p. 2)

A pedagogia agostiniana segundo o interlocutor B “baseia-se num processo integral (espiritual, intelectual, moral e da vontade) encaminhado a fazer emergir e a dinamizar, por meio da força cognitiva do amor, todas as potencialidades latentes no aluno.” Nesse sentido a presente instituição procura desenvolver o aluno integralmente trabalhando as dimensões espiritual, intelectual e moral, tendo por base o amor, que para os entrevistados é ingrediente fundamental para emergir naturalmente as potencialidades do aluno. Cabe lembrar o que nos ensina Freire (1979), que “não há educação sem amor”. Em outros termos é preciso amar para educar. O amor expresso por Freire tem a ver com o respeito pelo saber, cultura e religião do outro; diz respeito ao compromisso que educadores e instituições precisam ter para com os alunos e suas famílias. O amor indicado pelos entrevistados, que provém da filosofia agostiniana comunga com a perspectiva freiriana, na medida em que entende que os sujeitos devem ser compreendidos e aceitos em sua diversidade como se observa no relato da professora Z.

Perguntamos à professora Z se os alunos gostavam da forma como a escola conduz suas atividades pedagógicas, a mesma relatou:

São crianças e adolescentes que gostam de participar das atividades propostas pela escola, grande parte participa das orações e outros ritos desenvolvidos na escola. Aqueles que optam por não participar são respeitados da mesma forma, pois temos nossa linha filosófica e ela nos ensina a amar e respeita ao próximo independente da religião, ou seja, eles não são obrigados a fazerem aquilo que seus pais não permitem ou sua própria religião. Pois, temos muitos alunos de outras religiões aqui na escola, os pais desses alunos nos procuram por acreditar no trabalho que desenvolvemos. Respeitamos tudo isso e não fazemos distinção alguma entre os alunos.

Tais considerações evidenciam de forma clara a relação da educação com a religião, mas não de forma impositiva, pois a escola recebe alunos de diferentes posições religiosas respeitando suas convicções. Tal prática evidencia a garantia do direito humano fundamental da liberdade religiosa previsto pela CF 1988, mais que isso permite as crianças e jovens o contato com outras religiões para além daquela que elas professam fazendo emergir de forma simplificada a tolerância e o respeito conceitos esses que emanam diretamente da liberdade religiosa.

Nesse sentido a educação ofertada pela OAR é bem vista e aceita pela população. A relação com as famílias dos alunos é pautada no diálogo afetivo afim de tornar o ambiente familiar e agradável. Para o interlocutor B:

A relação com a comunidade familiar é positiva. Estou presentes nas reuniões, sou um padre e estou de porta aberta sempre para atender qualquer problema, estou aberto para escutar todo mundo e buscar todas as possibilidades possíveis para solução de eventuais problemas. Temos uma relação muito boa, pois nos encontramos nas missas, na igreja. Tenho meu escritório na Paróquia, então os pais sabem que estou acessível e disponível para dialogar com eles.

Para freire (2001) o diálogo é um componente imprescindível, pois sem comunicação sem diálogo não há amor. Quando o padre se coloca disponível ao diálogo mostra que prevalece um processo de interação, ação importante, saudável e positiva para promover uma formação cidadã. O diálogo favorece, a ambas as partes – escola e comunidade –, crescimento e desenvolvimento dos laços que os unem, nesse caso a educação de crianças e jovens.

As narrativas nos mostram que a escola Santa Mônica, embora siga o mesmo currículo das demais escolas municipais, tem suas especificidades e objetivos ligados ao seu campo religioso. Seu principal objetivo é evangelizar por meio da educação, como destaca nosso entrevistado.

Nosso alvo principal é evangelizar por meio da educação. Então a coisa mais importante quando termina um aluno de estar com nós, é que ele primeiro saiba reconhece-se como um dom de Deus. Saiba que este é um processo com possibilidade um pouco conflitivas na adolescência e saiba aproveitar o melhor dele para ele mesmo e para servi na sociedade e que não esqueça que nessa caminhada de vida estar Deus. Nós não podemos contabilizar o êxito com menino que sai pela porta nos anos que esteve aqui, mas ele pode dizer fui amado, pois esse é o lema nosso, por isso temos corações por todos os lados. E coração com fogo é dizer nós fazemos as coisas com paixão é uma vocação e não um trabalho. O material com que trabalhamos é um tesouro que são as crianças não só as crianças, mas como as famílias. Então que a pessoa se sinta amada, que a pessoa aprenda a conhecer-se. É uma frase de Santo Agostinho conhece a ti mesmo, mas não como em níveis psicológicos, mas também como o item São Paulo com a ajuda de Deus. E no fundo ter cristãos preparados também para ajudar a sociedade que esse é um labor do católico na sociedade não que todo mundo seja católico, mas católico como cidadão na sociedade tem que ajudar quanto melhor preparado estiverem melhor. (Interlocutor B, 2019)

Como se observa no relato o foco principal da OAR em Breves é que a educação desenvolvida na escola Santa Mônica possibilite as crianças e jovens uma formação que os ajude a serem melhores pessoas e, assim, construírem uma sociedade melhor. O ato de evangelizar aqui mencionado estar fortemente ligado ao papel do cidadão em uma sociedade, pois buscam através da palavra de Deus preparar crianças e adolescentes e a próprias famílias para atuar de forma significativa na sociedade reconhecendo-se como cidadãos ativos.

Mesmo tendo objetivos fortemente religiosos a OAR assume, em suas ações, a educação como mecanismo para fortalecer a cidadania. Educar para a cidadania é objetivo e

bandeira defendida por muitas escolas brasileiras, que não possuem vínculos com ordens, congregações e etc. Como escreve Candau (1999; p. 112) “Educar para a cidadania é educar para a democracia que dê provas de sua credibilidade de intervenção na questão social e cultural. É incorporar a preocupação ética em todas as dimensões da vida pessoal e social.”

Educar para a cidadania deve ser compromisso de todas as escolas e educadores. Isso é o ato de amor do qual fala Freire (1979), pois, possibilita aos sujeitos perceberem sua condição no mundo. E mais ainda permite compreender que as coisas e o mundo não são dados. Tudo é fruto de produção histórico-cultural. Educar para cidadania é promover uma formação crítica que possibilite aos sujeitos intervirem de forma positiva na comunidade da qual fazem parte.

3.3.1 O currículo da escola Santa Mônica

Formar cidadãos críticos e autônomos capazes de intervir na sociedade é algo bastante complexo no mundo globalizado. A formação para a cidadania é algo inerente a escola. Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o objetivo principal da educação é a formação de cidadãos. Preceito assegurado de igual modo pela Constituição Federal 88. Porém, para que essa formação ocorra carece de um currículo, que reconheça os diferentes saberes e não se reduza a um conjunto de competências e habilidades como propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada em 2017.

O currículo é o instrumento que define os conhecimentos que devem ser ensinados e esta seleção depende do tipo de cidadão que se pretende formar e para que sociedade. Como escreve Silva (2011, p. 15) “[...] o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade”.

Quando perguntado ao professor A sobre o currículo o mesmo responde “O currículo é uma projeção para o futuro é uma resposta do projeto educacional que reflete o caráter da ordem e sua responsabilidade com o futuro”. Para Freire (1996, p.38). “A educação é uma forma de intervenção no mundo”. Nesse sentido o currículo pode ser a manutenção ou a transformação da sociedade e por isso deve-se ter um olhar atento para o currículo.

Conforme o professor A a escola Santa Mônica em seu currículo escolar segue o que determina o plano municipal de ensino. Este plano reúne os conhecimentos essenciais que devem ser desenvolvidos nos alunos de acordo com o que determina a BNCC. Nesse sentido, a escola segue toda a matriz curricular estabelecida para a educação básica, o que inclui o

componente curricular ensino religioso.

O presente componente curricular é trabalhado nas instituições escolares públicas assegurado pela Constituição Federal 88 e pela LBD, pois, o mesmo tem oferta obrigatória para tais unidades. Porém, para o aluno, apresenta-se como uma disciplina optativa, ou seja, o aluno não precisa cursar caso não tenha interesse e as escolas devem garantir o respeito à diversidade de credo e coíba o proselitismo.⁷

Na escola-campo, desta pesquisa, como mencionado anteriormente, o ensino religioso é trabalhado conforme o plano da SEMED e com adaptações feitas pela escola considerando a realidade local, como comenta a professor A:

O ensino religioso ele é seguido ao plano municipal de ensino. Eles fazem as professoras fazerem as adaptações a nossa realidade algumas atividades religiosas eles aproveitam para dar um maior destaque nessa hora entendeu? Mas eles seguem o plano municipal de educação de ensino religioso. Não tem um conteúdo específico só da igreja católica não. Não é catequese. É ensino religioso trabalha todas as religiões é isso que estou dizendo. Agora quando é momentos festivos de comemoração a algum santo como Santo Agostinho, Santa Mônica quando é a festividade de Sant'Ana, o Círio aí os professores fazem uma atividade voltada.

O relato mostra que o currículo não se resume a algo prescrito, ao contrário, o currículo é construção cotidiana de quem faz a escola. Outro aspecto que chama atenção é o fato de que não se tem um plano com foco na religião católica, pois como bem observa a interlocutora não é uma catequese, é ensino sobre religiões. Para Costa (2020, p.288)

Pautado nessa perspectiva, o ER na escola pode oferecer aos estudantes e professores condições de potencializar esta instituição como palco do diálogo, condição *sine qua non* para que esses agentes possam aprender a conviver com as diferenças e promover a cultura de paz. Alunos, professores e demais agentes precisam entender a escola como o espaço para se adquirir e construir conhecimentos. Isso significa tecer histórias, conhecer memórias e, assim, desenvolver-se como ser humano.

Ter consciência dessa questão é fundamental para desenvolver um ensino que combata a intolerância religiosa. Pois para Silva (2009, p.33) “[...] a intolerância como atitude em face do “outro” assemelhasse ao preconceito em geral, sentimento latente que pode materializar-se sob a forma de discriminação.” Nesse contexto a intolerância religiosa acontece sob as mais diversas formas de discriminação dentre elas a imposição de conhecimentos de uma religião sob a outra. Imposição essa que não ocorre na escola em questão, pois, como se verifica nas narrativas, pratica-se o respeito pela religiosidade dos alunos.

⁷ Para o Dicio (dicionário online) proselitismo é: Esforço contínuo para converter alguém, fazendo com que essa pessoa pertença a determinada religião, seita, doutrina; catequese: proselitismo religioso. Disponível em: www.dicio.com.br acessado em: 16/07/2019

Também deve-se ter claro que a classificação dos conteúdos deve ser sempre observada pelos educadores atentando para o que a LDB determina. Verifica-se que, os conteúdos ofertados pela Escola Santa Mônica advém do plano municipal de ensino e estes foram selecionados a partir da BNCC, ou seja, a escola por meio da aplicação desse conteúdos possui uma maneira própria de trabalhá-los empregando a eles suas especificidades estando de acordo com o que os documentos oficiais determinam. Como bem ressalta o interlocutor B “[...] é o equilíbrio entre o oficial da educação nos mínimos e máximos que ditam o Brasil com os mínimos e máximos que ditam a igreja.”

Para Zimmermann (1998, p. 11)

[...] À escola compete garantir o acesso ao conhecimento religioso, a seus componentes epistemológicos, sociológicos e históricos. Pode naturalmente, servir-se do fenômeno religioso e de sua diversidade, sem, contudo, erigir uma ou outra forma de religiosidade em objeto de aprendizagem escolar.

São dimensões de uma dinâmica que visa o acesso ao conhecimento considerando a diversidade e pluralidade cultural e religiosa. Prevalece assim o respeito as religiões, mecanismos que se apresenta como catalizador na formação de crianças e adolescentes. Uma formação que possibilite a esses sujeitos reconhecerem-se imbricado a tal diversidade dentro e fora do ambiente escolar. É diante disso que podemos dizer que prevalece na formação escolar muito mais aspectos de espiritualidades que, necessariamente diretrizes da religião católica. Com base em Brandenburg (2013), compreendemos por espiritualidade tudo aquilo que pertence à dimensão religiosa da pessoa, e que não se resume a uma religião específica, mas traduz a evolução espiritual do sujeito, que no caso da escola-campo pode ser exatamente manifestada no respeito e amor ao próximo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou conhecer a relação da educação com a religião católica em Breves, a partir de ações de cunho educativo efetivadas pela OAR. Nesse intento também procurou conhecer a contribuição desta Ordem na educação escolar de Breves-PA, bem como possíveis influência da mesma no currículo e formação. Os resultados revelam que educação escolar e religião com foco no catolicismo na escola-campo se entrelaçam. Todavia, não há uma imposição religiosa, sobre a formação escolar das crianças, até porque, muitas crianças pertencem às famílias não católicas.

Ficou evidente que os ensinamentos pedagógicos realizados nesta instituição escolar

dialogam com princípios religiosos da filosofia de Santo Agostinho. Os interlocutores deixaram claro que privilegiam uma pedagogia que prega o respeito e o amor, elementos importantes para praticar a liberdade religiosa e combater a intolerância religiosa. É possível dizer com isso que há uma tímida (indireta) influência da OAR nas concepções de educação, escola e currículo, que, inclusive pode ser vista por meio dos rituais de orientação católica adotado na recepção das crianças e em atividades como a “Coroação de Nossa Senhora”. Porém, não chega ser uma influencia determinante, pois, não se tem como mostra a pesquisa uma proposta pedagógica definida com tais propósitos. O currículo que a escola segue é o currículo definido pela SEMED, pois, como vimos, não se trata especificamente de uma escola da Prelazia, o prédio em si pertence à Prelazia, mas a escola em sua estrutura funcional é de responsabilidade da SEMED relação que foi previamente estabelecidas entre as partes envolvidas.

Nesse sentido, convém salientar a perspectiva do autor Souza (2017, p.84) no que diz respeito a laicidade para ele “[...]a laicidade deve intercalar as duas noções, à medida que congregue em si a demanda por igualdade social, assim como a preservação das liberdades individuais nas relações entre religião e Estado.”

Dessa forma a laicidade é a garantia da liberdade de crenças e convicções bem como contempla a efetivação das relações entre religião e Estado (o que a grosso modo podemos identificar na parceria efetivada entre Governo Municipal e a Prelazia do Marajó) recusando a confessionalidade estatal e toda forma de proselitismo haja vista que a laicidade é uma condicionante da liberdade religiosa como bem ressalva Souza (2017, p.89) “[...]sendo a laicidade uma condicionante da liberdade religiosa e fundamento das liberdades públicas, independentemente da existência de uma hegemonia religiosa na sociedade.” Diante disso a laicidade estatal fornece possibilidades ao exercício da liberdade religiosa e um entendimento maior acerca da a isonomia entre os diferentes credos e formas de organização religiosa como é o caso da OAR.

Portanto, através dos resultados obtidos verifica-se que educação escolar e religião com foco no catolicismo se entrelaçam. Todavia, não há uma imposição religiosa, sobre a formação escolar das crianças, até porque, muitas crianças pertencem às famílias não católicas. No que diz respeito a influência da OAR nas concepções de educação, escola e currículo não se dá diretamente, pode-se dizer que ocorre de forma indireta e por meio dos rituais de orientação católica adotado na recepção das crianças e em atividades como a “Coroação de Nossa Senhora”.

Concluimos que a formação oferecida na escola Santa Mônica corrobora para que

todas as confissões religiosas existentes sejam reconhecidas, podemos dizer que não há espaço para doutrinações, exclusividades, segregação ou intolerância religiosa, sendo capaz de atender a todos os grupos religiosos. Dessa forma a OAR não só contribui com a formação de crianças e adolescente como também corrobora com o enfrentamento da temática da intolerância religiosa bem como a efetivação do direito civil da liberdade religiosa. Neste sentido, vislumbra-se a oportunidade para um diálogo que aproxima e possibilita a comunicação e o respeito entre as religiões. E as implicações desta nova realidade reverbera nos saberes dos alunos e na formação pessoal e humano deles.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. – São Paulo: Moderna 2006a.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 3. ed. São Paulo: Moderna 2006b.
- ALTHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. São Paulo: Martins Fontes, s/d. 1989
- BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Trad. Maria J. Alvarez; Sara B. dos Santos; Telmo M. Baptista. Porto: Porto Editora, 1994.
- BRANDENBURG, Laudi E. A espiritualidade na escola e a tradição familiar. *In*: KRONBAUER, Selenir C. G.; SOARES, Afonso M. L. (Orgs.). **Educação e Religião: múltiplos olhares sobre o Ensino Religioso**. São Paulo: Paullinas, 2013.p. 149-158.
- BRASIL. Constituição (1891). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 02 nov. 2019.
- BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 02 nov. 2019
- BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%c3%A7ao.htm. Acessado em: 02 nov. 2019
- BRASIL. Constituição (1946). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 02 nov. 2019
- BRASIL. Constituição (1967). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 24 de janeiro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 02 nov. 2019
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BRASIL. Lei nº 7.716 de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de cor ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm. Acesso em: 03 nov. 2019

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394/96.

BALANÇO ANUAL: Disque 100 registra mais de 500 casos de discriminação religiosa. Disponível em: <https://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2019/junho/balanço-anual-disque-100-registra-mais-de-500-casos-de-discriminacao-religiosa>. Acesso em: 03 nov. 2019

CANDAU, Vera Maria et al. **Oficinas pedagógicas de direitos humanos**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

CUSTODIO, Elivaldo Serrão. **Comunidade quilombola do Mel da pedreira no Amapá: protestantismo com eixo de identidade religiosa**. Tese(doutorado)-Faculdade EST. Programa de Pós-graduação. Doutorado em Teologia. São Leopoldo, 2017.

COSTA, Eliane Miranda. **Memórias em escavações: Narrativas de Moradores do rio Mapuá sobre os Modos de Vida, Cultura Material e Preservação do Patrimônio Arqueológico** (Marajó, PA, Brasil). Tese (Doutorado em Antropologia) - UFPA, Belém, PA, 2018.

COSTA, Eliane Miranda. Entre a Igreja e a escola: o catolicismo e a escola do campo no Marajó em conexão. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 18, n. 55, p. 275-300, jan./abr. 2020 – ISSN 2175-5841

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://nações.unidas.org/direitosHumanos/declaração/>. Acesso em: 03 nov. 2019

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa, **Análise de conteúdo**, 4. ed. Brasília: Liber Livro, 2012.

FREIRE, P. **Educação e Mudança**. -12. ed.- Rio de Janeiro Paz e Terra. 1979

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática, 2004.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo, **História da educação Brasileira**- 4. Reimpr. Da 1 ed.2003- - São Paulo: Cengage Learning, 2011.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Sobre as relações entre Igreja e Estado: conceituando a laicidade. In: Conselho Nacional do Ministério Público. (Org.). Ministério Público – **Em defesa do Estado Laico**. Brasília: Conselho Nacional do Ministério Público, 2014, v.1, p. 179-206.

MILANI, Daniela Jorge. **Igreja e Estado: relações, secularização, laicidade e o lugar da religião no espaço pública**. Curitiba: Juruá, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

OLIVEIRA, Irene Dias de. **Religião e as teias do multiculturalismo**. São Paulo: Fonte Editorial, 2015.

PAULA, Everton Luiz Renaud de. PONCHIROLLI, Osmar. **Uma leitura da Educação Agostiniana a partir da Teoria da Complexidade**. Filosofia. Centro Universitário FAE. S/D S/A.

PECCININ, Luiz Eduardo. **O discurso religioso na política brasileira: democracia e liberdade religiosa no estado laico**. – Belo Horizonte: Fórum, 2018.

PRATT, M. L. **Os olhos do império: relatos de viagens e transculturação**. Bauru, SP:EDUSC, 1999.

PATRIMÔNIO CULTURAL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: portal.Iphan.gov.br/pagina/detalhes/218. Acessado em: 04 de Novembro de 2019.

PAULA, Sérgio Peres de. **Operários da undécima hora: os Agostinianos Recoletos no Brasil: a criação da província de Santa Rita de Cassia e o impacto do Concílio Vaticano II/ 2012**. 304 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista. Franca: [s.n], 2012

PIRATELI, Marcos Roberto. De Aurélio Agostinho a Santo Agostinho de Hipona. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences Maringá, v. 25, no. 2, p. 327-335, 2003. Disponível em: periodicos.uem.br. Acesso em: 07 set. 2020.

RODRIGUES, Ronaldo de Oliveira. **ETNOGRAFIA DE MÍDIA: analisando significados da relação religião-televisão com jovens de Breves-Marajó-Pará**. 253 páginas Tese (pós-graduação em Sociologia e antropologia) Instituto de filosofia e ciências humanas. Universidade federal do Pará. Belém, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. Ed. São Paulo: atlas, 1999

SILVA, Tomás T. da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3 Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Jorge da. **Guia de Luta contra a Intolerância Religiosa e o Racismo**. RJ: Ceap, 2009.

SOUZA, M. F. C. DE. Laicidade e Liberdade Religiosa no Brasil: Situando a Discussão entre Religião e Política. **Interações**, V.12, n.12, p. 77-93, 02 ago.2017.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Metodologia da Pesquisa**. – 2 ed. 2009.

TOSCANO, Moema. **Introdução a Sociologia Educacional**. Petrópolis: Vozes, 2001.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (org.). **Escola:** espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ZIMMERMANN, Roque. **Ensino Religioso:** uma grande mudança. Brasília, Câmara dos Deputados. Brasília, 1998.

APENDICE – A - ROTEIRO DE ENTREVISTA - DIREÇÃO

DIREÇÃO GERAL DA ESCOLA SANTA MONICA

- 3.3.1.1 A quanto tempo estar à frente da direção geral da instituição?
- 3.3.1.2 Como a instituição se identifica?
- 3.3.1.3 A quanto tempo a instituição oferece a educação escolar? E sobre quais aspectos ela foi criada?
- 3.3.1.4 Como a escola está organizada aqui na cidade, como funciona este convênio município e ordem dos Agostinianos?
- 3.3.1.5 Na construção do PPP da escola qual a participação do frei para contribuir no processo de organização da escola?
- 3.3.1.6 O componente curricular ensino religioso é trabalhado na instituição? De que forma?
- 3.3.1.7 Como é a parceria do coordenador geral da escola (frei) com a comunidade?
- 3.3.1.8 Sobre o corpo docente da escola como é feita a escolha, fica a responsabilidade da ordem ou do município?
- 3.3.1.9 Referente aos alunos, aqueles que procurarem a escola solicitando uma vaga para estudar conseguirá independente da religião que professe?
- 3.3.1.10 É obrigatório o gestor da escola ser católico ou pode ser alguém que seja adepto de outra religião? Essa escolha da gestão é feita pelo município, ou a ordem que faz esse processo?
- 3.3.1.11 O gerenciamento de recursos e organização da escola é de total responsabilidade do frei? quais os meios de recursos financeiros que a escola possui?
- 3.3.1.12 Quais as principais metas que a escola tem que alcançar aqui no município de Breves?
- 3.3.1.13 Qual a concepção de educação escolar desenvolvida pela OAR no município?
- 3.3.1.14 Como é a escola pensada e desenvolvida pela OAR?
- 3.3.1.15 A partir do convenio estabelecido com o município a escola trabalha mediante aos paradigmas do ensino laico?

APENDICE – B - ROTEIRO DE ENTREVISTA - DOCENTES

PROFESSORES (AS) DA ESCOLA SANTA MONICA

Identificação:

Nome:	Data de nascimento:	
Estado Civil:	Naturalidade:	
Quantidade de Filhos:		
Formação:		
Graduação:	Universidade:	Ano de
conclusão Pós-graduação <i>latu sensu</i> :		
Especialização em:	Universidade:	Ano de
conclusão Pós-graduação <i>strictu sensu</i> :		
Mestrado:	Universidade:	Ano de
conclusão		
Doutorado:	Universidade:	Ano de
conclusão Concursada:	Contratada:	

Tempo de experiência e docência na escola

1. Quando você começou a dar aulas?
2. Há quanto tempo trabalha nesta escola?
3. Com que série/ano você trabalha?
4. Com que disciplina você trabalha?
5. A escola tem um modelo próprio de educação? Em caso positivo, relate como esse modelo se efetiva.

6. Os alunos gostam desse tipo de ensino?

Aspecto religioso

7. Você é adepto a alguma religião? Qual?
8. Como o ensino religioso é trabalhado na escola?
9. Sua prática docente atende os preceitos religiosos adotado pela escola?
10. Como você ver a educação desenvolvida a partir da religião?
11. Na sua opinião a escola atende os requisitos de uma escola laica ou atende os preceitos religiosos?
12. As ações do PPP estão direcionadas a comunidade ou a religião? Justifique.
13. Como é a parceria do coordenador geral da escola (frei) com os professores?
14. Você já se adaptou ao modelo de ensino que a ordem oferece a este município ou e muito diferente das outras escolas que aqui existem?
15. É obrigatório o professor da escola ser católico?
16. Referente aos alunos, eles participam normalmente das orações ou ainda existe alguma resistência por parte deles?
17. Em relação a família e a escola é feito momentos para dialogar com as famílias sobre as normas da escola?
18. Qual o objetivo da educação desenvolvida pela OAR aqui em Breves?

APENDICE – C - ROTEIRO DE ENTREVISTA - PÁROCO

PÁRACO DO MUNICÍPIO DE BREVES

1. A quanto tempo está nesta função?
2. Qual sua relação com a Ordem dos Agostinianos Recoletos?
3. As ações desenvolvidas por esta Ordem religiosa influenciam no desenvolvimento do município? justifique.
4. Quais as ações desenvolvidas pela OAR em Breves?
5. No campo educacional o que a OAR visa?
6. Qual a função da OAR no município?
7. Desde de quando a OAR se faz presente no município?
8. Qual o objetivo da OAR em vim para o município de Breves?
9. A partir de que momento a religiosidade católica do povo brevense foi seestruturando?
10. Qual a importância da religião na vida da população?
11. A partir de que momento se dar a criação da escola no município?
12. Como se deu a extensão do ensino infantil para o fundamental?
13. O currículo adotado pela instituição segue as normativas nacionais de ensino?
14. A prelazia do Marajó é composta por vários municípios porque escolher Breves para criação desta escola?

APENDICE – D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa intitulada “**EDUCAÇÃO E RELIGIÃO NA PRELAZIA DO MARAJÓ: A INFLUÊNCIA DA ORDEM DOS AGOSTINIANOS RECOLETOS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM BREVES-PA**”, cujo objetivo é: Discutir a influência da supracitada Ordem na educação escolar em Breves. E para participar é necessário que você leia este documento com atenção, uma vez que pode conter palavras que você não entenda, e que cabe a mim elucidar. Ressalto que sua decisão em participar deste estudo é voluntária e você não será pago por sua participação, assim como não terá nenhum custo. Assim sendo, caso decida participar, deverá assinar esse termo de consentimento. Contudo, poderá se retirar do estudo a qualquer momento, sem nenhum prejuízo.

O pesquisador responsável pelo estudo irá coletar informações fornecidas por você, através de questionário, e/ou entrevista gravada com a utilização de aparelho digital, observação e fotografia. Em todos esses registros um código substituirá seu nome. Todos os dados coletados serão mantidos de forma confidencial. Sua identidade não será revelada em qualquer circunstância e sua participação não envolverá desconforto ou riscos.

Os discursos coletados serão usados para a avaliação da pesquisa. Os dados também podem ser usados em publicações científicas pelo pesquisador sobre o assunto pesquisado. Estarão garantidas todas as informações que você queira, antes durante e depois da pesquisa e se você tiver alguma dúvida com relação à pesquisa, deve contatar a responsável pelo estudo (**Luciane Barbosa Custodio/Telefone: (91)9-85692004 (91)9- 93560329**).

Eu, _____ li o texto acima e compreendi a natureza e objetivo do estudo do qual fui convidado a participar. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação no estudo a qualquer momento sem justificar minha decisão e sem que esta decisão me acarrete problemas. Eu entendi que não haverá problema com relação à pesquisa e que a mesma não acarretará custos ou danos para mim.

Eu concordo voluntariamente em participar deste estudo.

_____ Data ____/____/____ Assinatura do participante

_____ Data ____/____/____ Assinatura do pesquisador